

RR A
A

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS,
REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE----

----- **ATA NÚMERO VINTE E UM** -----

----- (Mandato 2017-2021) -----

----- Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte reuniu, em sistema de videoconferência e de acordo com a Lei número 1-A/2020 de dezanove de março de 2020, a Assembleia de Freguesia de Arroios, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Anabela Martins Ferreira da Silva Valente Pires, coadjuvada pelo Primeiro Secretário, Pedro Manuel Dias Louro, e pela Segunda Secretária, Ana Cristina Pocinho Coutinho Antunes, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto 1 – Intervenção do público; -----

----- Ponto 2 – Período Antes da Ordem do Dia; -----

----- Ponto 3 – Leitura, discussão e votação das atas 18, 19 e 20 das sessões anteriores;

----- Ponto 4 – Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013;-----

----- Ponto 5 – Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos para 2021; -----

----- Ponto 6 – Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Arroios para 2021;-----

----- Ponto 7 – Informação sobre o aditamento do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Arroios no âmbito de Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares – Apoio Excepcional;

----- Ponto 8 – Ratificação do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Arroios – Contrato nº 20PO000933 – Mercado 31 de Janeiro;-----

----- Ponto 9 – Autorização para celebração do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Arroios - Atividades de Enriquecimento Curricular – Ano Letivo 2020/2021; -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Jorge Manuel André Rodrigues, Joana D’Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, Ana Gabriela Naré de Moraes Freire, André Filipe Calvário Roma, Gustavo Miguel Pinto Caixinha Marques dos Santos e Maria Luísa Valadas Carvalho.-----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Maria Lúcia Mittermayer Madureira de Almeida Saraiva Borges Leitão, José Manuel Cal Gonçalves e Maria Eugénia Saraiva Ferreira da Gama e Silva. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Joana Filipa Mourisca e Pires Teixeira. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra. -----

----- **Do Partido “Pessoas-Animais-Natureza” (PAN)** – António Morgado Valente. -

----- **Independente** – Vitor Carlos Teles Fernandes. -----

----- **Independente** - Frederico Sapage Lemos Mira Pereira -----

----- Faltaram à sessão os seguintes Membros: -----

----- Carla Cristina Barreto Madeira Silva, que justificou a sua ausência e foi substituída por Maria Luísa Carvalho;-----

----- Ana Júlia Ganço Filipe, que justificou a sua ausência e foi substituída por Joana Teixeira; -----

----- Margarida Antónia Antunes Barata-----

A
A

----- O Executivo da Junta esteve representado pela Senhora Presidente da Junta – Margarida Carmen Nazaré Martins, Secretário – Vitor Manuel da Cruz Carvalho, Vogal – Maria Adélia Pinto Caixinha, Vogal – Joaquim Maria Prada, Vogal – António José Serzedelo da Silva Marques, Vogal – José Eduardo Vera de Matos.-----

----- Às dezanove horas, constatada a existência de *quorum*, **A Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

----- Pediu desculpa por estarem com alguns problemas técnicos mas deveriam prosseguir a Assembleia. Enquanto o problema técnico não era resolvido passava a direção para o Primeiro Secretário Pedro Louro.-----

----- **Ponto 1 – Intervenção do público;**-----

----- **Freguês José da Silva** fez a seguinte intervenção (gravada):-----

----- *“Sou freguês da Freguesia de Arroios, moro na Freguesia de Arroios já há muitos anos. Gostaria de cumprimentar o Executivo, os Membros da Assembleia de Freguesia, assim como as pessoas que estão a assistir, os funcionários.*-----

----- *Venho aqui porque já não foi possível participar nas reuniões em redor destas coisas. Da outra vez houve uma tentativa de enxovalhamento da minha pessoa, tendo sido colocado na minha resposta um conjunto de afirmações que não correspondem nada àquilo que eu disse.*-----

----- *Apesar de eu dizer que não houve uma insistência e acho que tenho direito de resposta. Já que não estive nessa reunião, tenho agora.*-----

----- *Isto concretamente tem a ver com o que se passa na Rua Jacinta Marto, na passadeira que eu já alertei várias vezes para o perigo que há porque os semáforos não estão a funcionar e o que acontece é que fiz essa primeira denúncia em outubro do ano passado, depois de ter feito essa denúncia houve uma reunião extraordinária em que eu também fui e alertei mas as minhas palavras foram deturpadas e houve uma tentativa de clara falta de respeito pela minha pessoa que acho que como freguês não mereço.*---

----- *Depois tentaram apresentar provas de que isso tinha sido mesmo assim e o que é que acontece? Mandaram-me um e-mail que afinal a Junta de Freguesia de Arroios tinha-se limitado a enviar uma vez um pedido à Câmara para tratar desse problema e depois, na véspera de me terem enviado o e-mail, provavelmente já depois da reunião voltaram a enviar. São esses os documentos que me enviaram.*-----

----- *O mais grave de tudo é que já se passou mais de um ano e o problema mantém-se. Será preciso alguém ter um acidente ali para resolver, em que não se consegue passar de um lado para o outro da rua sem ser a correr?*-----

----- *Volto a alertar para este problema porque é muito grave para as pessoas e aquela é uma rua com algum movimento pedonal.*-----

----- *Em segundo lugar gostaria também de alertar para algo que já referi várias vezes e que é o posto da polícia que está ali no Jardim Constantino. Em dada altura foi reaberto, penso que apenas com dois guardas e o que é que acontece? De um momento para o outro está fechado, indicam que vão fazer obras, eu passo lá quase todos os dias e não vejo ninguém a fazer obras e já passou muito tempo desde que está fechado. Foi uma tentativa para fechar e eu acho que a Junta de Freguesia devia ter orgulho em ter um posto da polícia na sua Freguesia, já que não há nenhum e foram fechados bastantes.*-----

----- *Para acabar há uma coisa nova que eu trago aqui. Ali na zona onde confluem a Rua de Santa Bárbara e o Largo Conde Pombeiro há uma passadeira e essa passadeira vem ali da zona do JIFA, creio que é o jardim de infância da Freguesia de Arroios, que dá até à Embaixada de Itália. A Rua de Santa Bárbara tem um sentido único e os carros normalmente vêm muito depressa, quem tentar cruzar do lado do JIFA para a Embaixada de Itália, se não estiver muito atento, pode ter um problema grave porque*

Handwritten initials and marks in the top right corner.

não se vê o sinal a anunciar que há ali uma passadeira, é uma curva e portanto aquele passadeira devia ser mudada de posição ou colocar-se antes um processo para reduzir a velocidade dos veículos. -----

----- Muito boa noite e espero que desta vez as minhas respostas sejam dadas com calma, com tranquilidade e não aconteça o mesmo, porque se numa reunião pública voltar a acontecer o mesmo eu tomarei uma atitude ostensiva para, porque não aceito que me falem ao respeito. -----

*----- **Freguês Rui Dionísio** fez a seguinte intervenção (em direto):-----*

----- “Os meus cordiais cumprimentos à Senhora Presidente da Assembleia, aos seus Membros, à Senhora Presidente da Junta de Freguesia e respetivos Membros da Junta de Freguesia. -----

----- Eu vou dividir a minha intervenção em três pontos. O primeiro é fazer um bocadinho do seguimento do que foi feito relativamente a algumas questões que eu levantei na Assembleia de 28 de setembro, porque eu acredito nestes espaços. A Junta de Freguesia existe não só para nos ouvir mas para ouvir e tentar resolver as coisas e, se não as consegue resolver, explicar porque é que não as consegue resolver. Nesse sentido, gostava de ter um seguimento dessas questões. -----

----- Depois tenho um conjunto de novas questões e no final, dentro do espírito natalício, tenho uns cumprimentos a fazer ao Executivo. -----

----- Relativamente ao que foi questionado por mim no passado dia 28 de setembro, eu gostava de saber o que é que foi feito ou o que é que está a ser feito relativamente à Rua Gomes Freire, relativamente à retificação de uma passadeira que está junto a uma paragem de autocarros e que é perigosa, à repavimentação. Continuam a cair pessoas e ainda no outro dia tive relato de três motociclistas que caíram porque escorregam nos pedaços de carris que ainda existem e no empedrado, com este tempo de chuva, as coisas agravaram-se. Felizmente ninguém se magoou, mas caíram lá três pessoas num dia e há vários acidentes. -----

----- Eu sei que já houve uma moção aprovada por unanimidade aqui na Assembleia, já data de há três ou quatro anos, em que essa rua devia ser intervencionada e até hoje nada foi feito. -----

----- Segundo, o posto de polícia que eu também questionei e que o nosso vizinho anterior também questionou. Tem um papel lacónico na porta a dizer que está fechado para obras e não acontece absolutamente nada. Eu moro na Passos Manuel e passo ali todos os dias e não vejo de facto obras nenhuma. -----

----- Já falei com polícias e até fiquei contente porque em outubro encontrei alguns pares de polícias na zona do Jardim Constantino, até pensei que se calhar a Junta já começou a incentivar o patrulhamento de proximidade, mas afinal não era isso. Os pares de polícias estavam lá para guardar o edifício, só e mais nada. Não estavam à porta, estavam ali pelo jardim, o que é uma coisa um bocadinho estranha. -----

----- Já que não há posto de polícia e não há obras, porque é que não nos devolvem aos moradores os lugares de estacionamento que estão reservados para a polícia?-----

----- Gostava de ter uma resposta relativamente ao seguimento destas questões. -----

----- Agora novas questões. Foram intervencionadas várias ruas no seguimento de uma obra da EDP em que houve a substituição dos cabos de energia e há pouco tempo foi asfaltada essa zona, o que é certo é que as passadeiras ficaram por pintar e há uma que faz verdadeiramente falta, que é também no início da José Falcão, exatamente na esquina com a Pascoal de Melo. Essa passadeira pura e simplesmente neste momento desapareceu, é uma passadeira muito utilizada pelas pessoas e não existe neste momento sinalização no pavimento. Era importante que as obras fossem feitas de uma

forma coordenada, não é só repavimentar, é também manter a sinalização que garante a segurança dos peões. -----

----- Isto vem desde a Rua Almirante Barroso, Pascoal de Melo, Aquiles Monteverde, Alves Torgo, Rua de Arroios. Todas elas necessitam de ser pintadas. -----

----- Depois existe uma série de intervenções que deveriam ser feitas em algumas ruas onde continuam a grassar os buracos, falta de pavimento que se vai degradando e sabemos que com o tempo de chuva as coisas vão piorando... -----

*----- **O Primeiro Secretário da Junta, Pedro Louro,** observou que o freguês tinha um minuto para terminar a sua intervenção. -----*

*----- **Freguês Rui Dionísio:** -----*

----- “Assim terei que saltar uma série de coisas, infelizmente. -----

----- Um problema que é o mais grave de todos é o Mercado de Arroios. A forma como os residentes não foram informados, como o projeto que está a ser de forma quase forçada foi apresentado à população, ou não apresentado, acho que não honra os pergaminhos da Junta de Freguesia. As pessoas estão muito descontentes e aquela intervenção de facto não faz sentido, dificulta o trânsito e de camiões até que fornecem os supermercados ali na zona, para já não falar de uma série de lojas que estão fechadas no mercado, que não estão arrendadas, já para não falar das clarabóias que continuam a pingar nos lugares de mercadoria fresca e danificando cebolas, batatas, etc. aos comerciantes, já para não falar do elevador que permite acesso à cave, à máquina de gelo. Há meses e meses que não funciona porque está avariado, falta de peças, e sabem muito bem que essa máquina de gelo foi retirada do piso térreo para o rés-do-chão com a promessa do segundo elevador que acaba por não estar a funcionar. Há um grande sentimento de descontentamento pelas pessoas. -----

----- A Calçada do Lavra é um exemplo de degradação de pavimento, com buracos enormes, com os muros todos grafitados, com prédios devolutos e se calhar alguns até com perigosidade de derrocada. -----

----- Tinha tantas outras questões mas não vou poder, lamento mas ficará para outra oportunidade. -----

----- Queria dar os meus cumprimentos por me terem respondido em trinta dias à minha questão relativamente às atas em falta, porque há atas das Assembleias que deviam ser públicas e estão em falta. Explicaram-me que as reuniões têm sido em videoconferência mas durante um ano acho que as pessoas já deveriam ter tido tempo de assinar. Existem assinaturas digitais que validam documentos e portanto essas atas já poderiam estar publicadas. -----

----- Também me congratulo pela abertura do concurso, que creio já estará concluído, do restaurante no Campo Mártires da Pátria. Gostaria de saber se houve concorrentes e como está esse processo. -----

----- Por último a reabertura do jardim Cesário Verde, que ficou muito bonito. O gosto das pessoas é sempre discutível mas na minha opinião ficou muito bem. Foi uma obra que derrapou um bocadinho no tempo, mas também compreendo que há condicionalismos com as próprias condições atmosféricas para o trabalho dos calceteiros, mas na minha opinião ficou bonito e é uma obra que digna a Freguesia. ---

----- Agora permitam-me só esta pequena ironia. Do ponto de vista cultural e do enquadramento, quer com o Cesário Verde, quer com Arroios, quer com Lisboa, na temática que foi calcetada tenho alguma dificuldade em compreender esse enquadramento histórico. Nós vemos gatos, corações de Viana, borboletas, diamantes e uma guitarra. -----

----- Ficou bonito, era uma obra necessária na Freguesia mas não compreendo a temática. Nos gatos e corações de Viana e tenho uma suspeita, acho que estarão no coração da nossa Presidente da Junta de Freguesia. -----

----- Gostaria que intervencionassem o jardim Constantino, para não ser o parente pobre. -----

----- Muito obrigado e fico a aguardar as respostas.” -----

----- **Freguês Harold Navarro** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa noite a todos. -----

----- Como eu tinha comentado no chat aqui da reunião, eu preparei um vídeo que gostava de partilhar e vou tentar partilhar: -----

----- O meu nome é Harold Navarro e faço parte de um grupo de moradores do edifício da Rua Morais Soares 157. O edifício foi alvo de uma requalificação completa no ano de 2017 e é dos poucos nesse estado de conservação na Rua Morais Soares. -----

----- Há mais de um ano que tanto a gestão do condomínio como os moradores deste edifício temos vindo a comunicar com uma série de problemas provocados pelo licenciamento que a Junta de Freguesia concedeu a dois estabelecimentos que existem no nosso prédio. -----

----- Inicialmente reportámos a colocação de anúncios e um toldo na fachada do edifício que carecem de aprovação do condomínio e que provocaram, entre outros, danos na fachada. -----

----- Para além disso os estabelecimentos são muito mal frequentados e comunicámos que havia situações de falta de segurança como tentativas de entrada no edifício, consumo e tráfico de droga, etc. -----

----- Apesar disto, o Senhor Ricardo Rodrigues da área do licenciamento, com o qual chegámos a reunir, ignorou todos estes factos e decidiu colocar mais uma esplanada em plena pandemia numa zona que já tinha sido alvo de várias evacuações por causa do Covid. Pior ainda, o espaço onde colocaram a esplanada há anos que é ocupado por um casal que vende flores e que se viram obrigados a deixar de vir durante um par de meses por causa da pandemia. Entretanto a florista voltou e deparou-se com essa trapalhada que o Senhor Ricardo criou. Agora passamos a ter uma situação digna de um país do terceiro mundo, em que temos uma esplanada e temos uma florista todos em cima uns dos outros. -----

----- Não bastando esta situação, os donos do estabelecimento não cumprem com os horários de funcionamento, supostamente deviam fechar às onze da noite mas não fazem e são repetidas as vezes que eles não cumprem com o horário. Portanto, fruto também disto temos mais um foco de ruído e de falta de segurança, onde proliferam os ajuntamentos de pessoas e traficam-se drogas em plena luz do dia. Como exemplos destes, vários problemas têm surgido. -----

----- Nós recentemente voltámos a reportar todos estes problemas com argumentos com base legal e a resposta que temos após dois meses de estar à espera e a insistir para eles darem resposta, é que não cabe à Junta de Freguesia intervir porque as licenças são concedidas por mera comunicação prévia de intenção de ocupação do espaço público. -----

----- Na realidade nós não aceitamos esta tomada de posição. Não faz sentido porque para além da simples lógica existe todo um corpo legal que diz claramente que a Junta de Freguesia não pode abandonar essas competências, limitando-se a cobrar taxas com o fundamento incompreensível de que estamos perante um procedimento desmaterializado. -----

----- Tomando a Junta de Freguesia conhecimento das queixas apresentadas pelos seus fregueses não poderá deixar de exercer as suas funções e verificar se a colocação

destes toldos, publicidade e esplanadas não é suscetível de provocar distorção de perspetivas panorâmicas, ou afetar a estética e ambiente dos lugares ou da paisagem, ou de causar prejuízos a terceiros. Está previsto no artigo número 11 do Decreto-Lei 48/2011. -----

----- Sinceramente eu não compreendo porque a Junta insiste em complicar algo que se podia solucionar com uma simples tomada de medidas, como a redução dos horários de funcionamento das esplanadas ou a redução do número de lugares para produzir ruído e ajuntamentos. -----

----- É muito simples mas nós somos obrigados a ter de vir aqui à praça pública expor toda esta falta de vontade e má gestão do espaço público em detrimento dos direitos e bem estar dos moradores. É isso que temos que fazer? -----

----- Na realidade a nossa vontade tem sido sempre tentar resolver os problemas da melhor maneira, mas estamos a chegar a um ponto em que se a Junta de Freguesia continua com esta posição nós somos obrigados a ter que ir a tribunal e pôr toda esta situação nos meios sociais. Certamente não é isto que vocês procuram que nós façamos e, portanto, nós vimos por este meio pedir ajuda aos Membros desta Assembleia para nos ajudar a ter voz e dar uma resposta às queixas que temos feito. Queremos também marcar uma reunião com a Presidente da Junta de Freguesia, para podermos também em conjunto encontrar as melhores soluções para estes problemas. -----

----- Muito obrigado pela atenção e aguardo pela vossa resposta. ” -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que as pessoas ainda não perceberam o que eram as competências de cada entidade. Não podia fazer passeadeiras sem autorização da Câmara Municipal de Lisboa. Tinha várias cartas a alertar para a Jacinta Marto ao Vereador Miguel Gaspar e aos serviços da CML. -----

----- Informavam todas as situações à Câmara Municipal, por vezes não era só um e-mail, era também por whatsapp. -----

----- Sobre o posto da polícia do jardim Constantino, não era a Junta que podia obrigar o Comando a colocar o posto da polícia. Ainda quinze dias antes tivera uma reunião com o novo Intendente Pedro Fortes, onde se solicitou que houvesse um posto de polícia de atendimento 24 horas. Isso estava no Comando Geral e não nas mãos da Junta de Freguesia, o que não queria dizer que não fosse um problema grave e que não se tivesse sensibilizado. -----

----- As pessoas sabendo das Leis também podiam perceber que ao ajudarem a pressionar, quanto mais cartas enviassem para o Comando Geral melhor seria porque realmente percebiam que não era uma competência da Junta, ajudando a pressionar o Comando Geral. -----

----- Fecharam o posto do jardim Constantino mas andava lá polícia na zona até a pedido da Junta, muitas vigilâncias tanto pela Polícia Municipal como pela PSP. -----

----- Sobre a passeadeira da Rua de Santa Bárbara em frente à Embaixada de Itália, não custava nada no dia seguinte de manhã enviar uma carta para o Vereador Miguel Gaspar a solicitar uma passeadeira entre o JIFA e a Embaixada de Itália. Era um dos assuntos que iria tratar com o Senhor Vereador. -----

----- Levava seis anos a lutar para que o pavimento da Rua Gomes Freire fosse alterado e esperava que fosse em 2021. Já tinha falado novamente com o novo Vereador do urbanismo, Ricardo Veludo, e estava a ser equacionado o trabalho na zona da Embaixada de Itália e também da Academia Militar. Estava a ser tudo recuperado e esperava que esse projeto fosse avante com a Rua Gomes Freire, mas não era a Junta de Freguesia que fazia esse trabalho, era a Câmara Municipal de Lisboa. Por muito que a Junta pressionasse não podia obrigar a Câmara Municipal a intervencionar e já se pediu.

----- Era uma situação que tinha feito em campanha sete anos atrás por causa das ambulâncias que passavam ali, o sofrimento das pessoas, mas nunca foi feito nada pela Câmara Municipal nos últimos anos. Ainda cerca de um mês antes foi solicitado ao Vereador Ricardo Veludo e ao Arquiteto Pedro Diniz.-----

----- Nas obras da EDP quem devia fazer as passadeiras foi quem as retirou, mas a equipa da Junta iria verificar todas as passadeiras no princípio de 2021. As da obra da EDP deviam ter sido feitas pela própria EDP e não pela Junta de Freguesia, foi uma obra da EDP em que deixou o trabalho a meio.-----

----- Sobre os buracos e a falta de pavimento na Rua José Falcão também estavam a ver.-----

----- A história do Mercado de Arroios até achava simpático. Ninguém ficou nunca preocupado quando havia o estacionamento em dupla e em que as pessoas não podiam passar, havia os camiões e ninguém se preocupou com isso mas de repente a Câmara resolvia alterar, era uma obra da Câmara Municipal, ter espaço para as pessoas poderem ir às compras e de repente “Ai Jesus que lá vou eu”.-----

----- Durante anos houve carros em segunda fila e em terceira fila e nunca ninguém se preocupou, quando a Câmara teve uma atitude de recolocar as situações nos lugares e de fazer as obras era o problema da dupla fila.-----

----- Sobre as clarabóias dava toda a razão, uma obra feita pela Câmara dois anos atrás e já se pediu a retificação dessas clarabóias, havia várias cartas escritas.-----

----- Quanto ao elevador de acesso à máquina de gelo não era verdade que estivesse parado. Estavam os contratos todos em ordem com a empresa que fazia esse trabalho. Tinham que fazer concursos, tinham que fazer perguntas, fazer cabimentação e não era como em casa onde se podia dizer para fazer a obra. Era todo um processo e depois então a ordem para fazer a obra.-----

----- O jardim Cesário Verde não demorou muito tempo. Houve uma época de chuva e o calcetamento não podia ser feito com chuva.-----

----- Sobre os desenhos, as pessoas gostavam ou não. No dia anterior tinha recebido duzentos comentários de pessoas ligadas a essa área e que agradeciam, um deles até da Doutora Simonetta Luz Afonso, dizendo que era a única Junta que estava a fazer calçada portuguesa. Os desenhos eram já repetidos de alguns sítios, por exemplo do jardim Campo Mártires da Pátria.-----

----- Sabia de entidades que já foram visitar o jardim, apesar de ainda estar cercado. Começaram a ser colocados os bancos, estava-se a fazer calçada portuguesa e era uma mais valia para a Freguesia. Nem toda a gente gostava dos desenhos mas eram muitos solicitados à Câmara Municipal, outros feitos pela Junta e outros feitos pelos arquitetos que trabalharam na área. Como deveriam calcular, não era a Presidente da Junta que decidia quais os desenho, no fundo era com as equipas.-----

----- Sobre a Morais Soares iria pedir à Vogal Maria Adélia Caixinha, mas sobre o consumo e tráfico de drogas as pessoas tinham que avisar e pedira-se vigilância à Polícia Municipal e à PSP. Não era um assunto da competência da Junta de Freguesia.--

----- Quanto aos anúncios na fachada, havia já várias respostas aos senhores e podiam meter o processo que quisessem, até deviam meter porque esse era um assunto entre os senhores e as lojas. Não era um assunto da competência da Junta de Freguesia, mas a Doutora Adélia iria explicar o que foi feito. Não se demorou dois anos a responder e já se respondeu várias vezes.-----

----- **A Vogal do Executivo Maria Adélia Caixinha** disse que a Junta de Freguesia já tinha dado resposta um ano antes sobre o mesmo assunto, voltou a responder a todas as questões e inclusivé a pedido do freguês, porque achavam conveniente esclarecer todo esse assunto. A equipa do licenciamento fez-se acompanhar pela Polícia Municipal para averiguar se havia alguma irregularidade, não sendo detetada qualquer irregularidade

por parte dos inquilinos desse prédio que tinha o rés-do-chão arrendado a um restaurante. -----

----- Em termos de irregularidades e de licenciamento não havia qualquer questão que se pudesse apontar. -----

----- O tráfico de droga e o consumo, todos esses assuntos os senhores teriam que junto das entidades competentes, a Polícia Municipal ou a PSP, quem entendessem, era aí que teriam de recorrer. Enquanto Junta tinham feito todas as diligências possíveis. Estava tudo em ordem e os senhores sabiam que isso era verdade. -----

----- Lamentava mas enquanto Junta não podiam fazer mais nada. As respostas foram dadas pelo gabinete jurídico, devidamente comprovado e tudo como devia ser. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** esclareceu que a Calçada do Lavra pertencia metade à Freguesia de Arroios e outra metade à Freguesia de Santo António e o freguês tinha que lhe dizer se o problema era do lado de Arroios ou de Santo António. Podia mandar-lhe um e-mail e o seu telefone era 917245561, também podia mandar mensagem pelo whatsapp. -----

----- **Ponto 2 – Período Antes da Ordem do Dia;** -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** informou que o PSD tinha um voto de pesar.

----- **O Primeiro Secretário da Assembleia, Pedro Louro,** leu o seguinte documento:

----- **Moção** -----

“-----*Em defesa da TAP Portugal e dos seus trabalhadores* -----

----- *Nos seus 75 anos a TAP tem acompanhado a história recente do país e levado este além-fronteiras contribuindo em muito para o crescimento económico e social.* -----

----- *Esteve sempre presente! Hoje elo privilegiado de ligação entre os países de língua portuguesa, bem assim o papel importante e imprescindível que a TAP e os seus trabalhadores, com muitas horas de voo, quase sem descanso, assumiram como prioritário no transporte das ex-colónias portuguesas Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e mais tarde Timor de milhares e milhares de portugueses no regresso a Portugal.* -----

----- *As opções de sucessivos governos sobre a TAP, incluindo as que conduziram à sua privatização e subalternização face aos interesses dos grupos económicos privados, as imposições da União Europeia visando a concentração do sector da aviação civil, o papel e opções tomadas pelos vários conselhos de administração, as decisões que conduziram e não reverteram a privatização da ANA – Aeroportos, criaram enormes fragilidades na empresa que ficaram particularmente expostas perante os impactos da epidemia que se fazem hoje sentir em todo o sector da aviação civil (comunicado do PCP).* -----

----- *O País precisa da TAP! Os vis ataques e mentiras sobre os seus trabalhadores escondem as decisões de gestão nefastas para a empresa, negócio da VEM Brasil, negociatas dos “leasings”, dos combustíveis, das taxas e comissões, dos fornecimentos externos”, entre outras. A TAP não paga, aos pilotos e tripulantes de cabine, acima da média europeia como se tem feito crer e que tentam influenciar a opinião pública, quando os números apresentados têm por base salários de 2018 e 2019 que no caso dos pilotos refletem horas extraordinárias por falta destes, evitando-se o aluguer de aeronaves a outras congéneres, custos que pesariam na balança das importações.* -----

----- *Dada a importância estratégica da TAP, directa e indirecta, para a economia do País, incluindo o turismo, não se pode olhar para o seu futuro à margem de uma visão estratégica para o sector da aviação civil em Portugal que passa também pela recuperação do controlo público dos aeroportos nacionais, recuperação da ANA aeroportos, assegurando a complementaridade entre a gestão dos aeroportos, o hub de*

A
A

Lisboa, a existência de uma companhia aérea de bandeira que sirva o País e da modernização das nossas infraestruturas aeroportuárias. -----

----- Por tudo o que a TAP PORTUGAL representa as eleitas do Partido Comunista Português à Assembleia de Freguesia, consideram as medidas apresentadas no “plano de reestruturação” baseadas em dados contestados pelos representantes dos Sindicatos da empresa, gravosas e que a sua aplicação terá consequências económicas e sociais e propõem que a Assembleia de Freguesia reunida em 21 de Dezembro de 2020, delibere: -----

----- 1. Da necessidade da recapitalização da empresa nos montantes necessários à satisfação das suas necessidades e a sua preparação para o período pós-epidemia, com uma TAP cuja dimensão tem de estar à altura do seu papel na coesão territorial e ligação às regiões autónomas, na ligação às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, na dinamização da economia nacional, incluindo o turismo, na diversificação de relações comerciais com outros países mutuamente vantajosas; -----

----- 2. Da defesa dos postos de trabalho, salários e dos direitos consagrados nos acordos de empresa contra o despedimento de 2000 trabalhadores a somar aos cerca de 1000 que não renovaram contrato; -----

----- 3. Enviar moção para: -----

----- Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Senhor Primeiro-ministro; Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Sindicatos representativos dos Profissionais da Área dos Transportes. -----

----- As eleitas do Partido Comunista Português - Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra. ----- ”

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** leu os seguintes documentos: -----

----- **Moção** -----

“-----Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade -----

----- Data de 1998 a aprovação da legislação que «regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade». Consagrou as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuir em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública, aqui se incluindo os serviços e organismos da administração local, cuja regulamentação nunca foi efetuada, em prejuízo dos trabalhadores que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos. -----

----- Já em 2008 a Lei n.º 12-A/2008, que revogou expressamente o Decreto-lei de 1998 inscreveu a previsão dos suplementos remuneratórios. Consagração a que não correspondeu a indispensável regulamentação fazendo com que mais de vinte anos depois este legítimo direito não tenha tido aplicação. -----

----- Vezes sucessivas ao longo destes anos, designadamente com iniciativas legislativas apresentadas pelo PCP na Assembleia da República, se procurou dar concretização à Lei determinando o seu âmbito de aplicação, regras de cálculo e modo de pagamento destes suplementos, bem como dos respetivos complementos a atribuir em acréscimos aos referidos suplementos. -----

----- Considerando que o Orçamento de Estado para 2021 veio finalmente assegurar a efectivação deste direito, ainda que aquém dos valores que seriam devidos e que a proposta do PCP previa, remetendo para os órgãos executivos das autarquias a sua aplicação directa, as eleitas do Partido Comunista Português na Assembleia de Freguesia propõem que a Assembleia de Freguesia reunida em 21 de Dezembro de 2020, delibere: -----

[Handwritten initials and marks]

----- 1. Instar a Junta de Freguesia a proceder à sua aplicação de modo a permitir que o suplemento passe a ser devido a partir de 1 de Janeiro de 2021, reconhecendo ao conjunto dos trabalhadores definidos no âmbito da Lei que seja reconhecido o grau mais elevado de penosidade e insalubridade; -----

----- 2. Saudar os trabalhadores da autarquia pela luta que ao longo dos anos travaram pela concretização deste direito.-----

----- As eleitas do Partido Comunista Português - Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra. ----- ”

----- **Voto de Pesar** -----

“----- Pelo falecimento de Manuel Laureano-----

----- Manuel Augusto Laureano, desenhador, faleceu, no passado dia 20 de Dezembro, aos 77anos, vítima de doença prolongada.-----

----- Militante do Partido Comunista Português, Manuel Laureano, sempre esteve presente nos momentos em que a defesa da democracia e da Constituição da República assim o exigia, lutando por melhores condições de vida do povo trabalhador. -----

----- Dedicou parte da sua vida ao cumprimento do projecto autárquico com participação nas listas que o PCP integrava para a Assembleia de Freguesia da ex-freguesia de S. Jorge de Arroios e Arroios. Membro da Assembleia de Freguesia em diversos mandatos, fez parte do executivo da ex- Junta de Freguesia de S. Jorge de Arroios, no período de 1994 a 1997. -----

----- Na sua acção associativa foi Presidente do Clube Estefânia durante dois mandatos, passando, depois, a fazer parte dos Corpos Sociais situação que se mantinha até à data do seu falecimento. -----

----- As eleitas do Partido Comunista Português propõem que a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida na sessão ordinária de 21 de Dezembro de 2020, delibere: -----

----- 1. Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Manuel Laureano guardando um minuto de silêncio em sua memória;-----

----- 2. Remeter o presente voto de pesar à família; -----

----- 3. Publicar o presente voto de pesar na próxima edição da publicação da freguesia;-----

----- As eleitas do Partido Comunista Português - Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra. ----- ”

----- (Neste momento um problema técnico impediu o registo da leitura do Voto de Pesar a Fernando Barreiros apresentado pelo PSD)-----

----- **O Primeiro Secretário da Assembleia, Pedro Louro**, na qualidade de Membro eleito, apresentou o seguinte documento em nome do PS:-----

----- **Declaração Política** -----

“----- É do conhecimento de todos que se aproximam as eleições autárquicas 2021 e todos os partidos tentarão, da forma que puderem, em angariar mais votos do que nas eleições passadas. Isto é normal em política e nem outra coisa sequer esperávamos. ----

----- Esperamos e desejamos um exercício saudável e até pertinente da oposição. Digo isto com conhecimento de causa pois eu já fui da oposição na Junta de Freguesia dos Anjos e respeito muito o exercício do estatuto do direito de oposição e que eu invoquei muitas vezes na saudosa Assembleia de Freguesia de Anjos. -----

----- O que não é tão normal é a vaga populista e demagógica que visa insinuar de forma velada, acusar de forma gratuita e recorrente a má gestão dos dinheiros públicos ou a prática de eventuais irregularidades nos mais diversos assuntos. -----

----- Queremos todas as perguntas, venham elas. Agora, acusações veladas e insinuações não.-----

----- *Eu bem sei que estamos a um ano de eleições e quer-se mostrar serviço mas enviar e-mails quase diários sabendo que a Junta tem um prazo de sessenta dias legais para responder é muito mais do que oposição, é um boicote permanente, um bota-abaixo, mas embora pretenda pôr em causa o Executivo não é o Executivo que está a ser posto em causa, porque não é o Executivo que eu vejo na rua a fazer obras nos diversos locais, a fazer obras no espaço público. Não é a Margarida que eu vejo num estaleiro de obras com um capacete a dar ordens aos trabalhadores. -----*

----- *Quem faz isso são os funcionários da Junta. Estamos a falar dos engenheiros, estamos a falar de arquitetos, estamos a falar de juristas e nomeadamente na questão da contratação pública. -----*

----- *Este ataque permanente, este bota-abaixo que pretende desacreditizar o Executivo errou no alvo. Está a atacar diretamente são os funcionários da Junta, o que é muito mau porque os funcionários da Junta têm que ter estabilidade para fazer a sua função e não são políticos, não andam para aqui a fazer política. Fazem a sua função abnegadamente da melhor forma que sabem e que podem, é para isso que eles estão cá e portanto estão a ser vítimas destes ataques permanentes. Não pode ser. -----*

----- *Eu considero que todos cometemos erros e falhas, eu cometo erros e falhas, qualquer pessoa nesta Assembleia ou no Executivo ou em qualquer outro lado comete erros e falhas, todos cometemos e errar é humano. Agora, ninguém gosta que permanentemente nos estejam a apontar o dedo. -----*

----- *Eu percebo que politicamente se queira atacar o Executivo, mas realmente o alvo saiu ao lado, estão a atacar os serviços e os funcionários desta Junta. -----*

----- *No fundo sabemos bem que há formas bastante positivas e até construtivas de fazer oposição, que eu louvo. Há partidos nesta Assembleia que fazem uma oposição bastante construtiva e que eu não esperava menos deles, agora uma oposição permanente, um boicote permanente ao Executivo, nomeadamente na área do espaço público e na área da contratação pública, não é oposição, é um boicote e cria instabilidade. Não é no Executivo, o Executivo tem "costas largas", cria instabilidade é nos funcionários e isso não pode ser, temos que ter responsabilidade na forma como fazemos oposição e na forma como exercemos no Executivo ou na Assembleia. Todos temos que ser responsáveis, cada um na sua posição. -----*

----- *Eu já estive na oposição e sei muito bem o nosso dever enquanto oposição e também sei o nosso dever enquanto maioria. O nosso dever é sempre o mesmo, é servir a comunidade da melhor forma possível, é esse o nosso dever e não é outro. -----*

----- *Este tipo de discursos que visam manipular as paixões, os sentimentos do eleitorado para uma conquista fácil do poder político nos dicionários tem um nome, chama-se demagogia política. Está nos dicionários todos. -----*

----- *Por outro lado, na área da contratação pública muito estranho estas dúvidas, quando assistimos a um número muito maior de concursos públicos desde 2018 a esta parte e que em comparação com o mandato anterior mais que duplicaram e sabemos bem que quem decide a forma do contrato público a realizar não é o Executivo, quem decide e fundamenta essas decisões são os juristas. Portanto, a atacar os concursos públicos estão a atacar funcionários, os juristas neste caso e os funcionários da contratação pública. -----*

----- *Quem está a ser atacado não são os Membros do Executivo, esses assinam, dão legitimidade política à decisão, mas quem faz, quem legitima, quem dá o parecer, quem fundamenta são os funcionários. Portanto, a atacar os contratos públicos e a contratação pública estão a atacar diretamente os funcionários. Há que ter noção disto. -----*

----- *Nesta alínea, nós os eleitos do PS repudiamos o aproveitamento político de alguns, ainda que pouco expressivos, para tentar confundir os fregueses com as perguntas que*

colocam e dos quais fazem notícia logo de seguida nas redes sociais. É criar ruído para ir para as redes sociais, para a comunicação social e aparecer nas notícias, que a gente sabe de onde é que elas vêm, como é que elas aparecem. Ninguém é aqui ingénuo, não andamos aqui há dois dias, sabemos bem “o que a casa gasta”, casos passados até anteriores a este mandato. -----

----- Esta situação atingiu o seu auge quando nem sequer fazem referência, talvez por descuido ou falta de memória, que também alguns dos críticos acérrimos, recentes, essa crítica surgiu atempadamente agora nos últimos meses, claro que têm feito muitas ao longo dos anos mas ultimamente é quase diário. Isto é quase uma barragem permanente, é uma inundação de perguntas. Esqueceram-se que no passado, nomeadamente no mandato anterior alguns desses Membros também tiveram Membros que integraram o Executivo. Acho que não podemos esquecer disso. -----

----- Há casos que são públicos hoje em dia e que tenta-se “sacudir a água do capote”, tentando aparecer como arautos de uma boa gestão e uma boa fiscalização. As coisas não são bem assim. Onde é que estavam na verdade os paladinos da legalidade em 2016? Perguntam alguns mais esquecidos e nós respondemos: esses que estão agora esquecidos estavam em 2016 no Executivo. Era onde estavam a assinar decisões que depois fazem gala em gritar aos sete ventos serem ilegalidades para as quais o partido sempre alertou e alerta. -----

----- Nós no Partido Socialista somos completamente contra a desinformação e muito mais contra as demagogias. Demagogias e desinformação, não obrigado. ----- ”

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que aproveitava também para pedir uma informação. No passado dia 4 de novembro apareceu uma notícia no jornal Público onde se mencionava o arquivamento em maio de 2020 do inquérito sobre a queixa-crime que a Junta tinha acusado, um fornecedor em conluio com um funcionário da Junta, sobre faturação duvidosa. -----

----- Essa notícia dizia que o inquérito tinha sido arquivado pelo Ministério Público e que tinha baseado no descontrolo detetado nos procedimentos de controle interno da Junta. -----

----- O que perguntava e gostaria de saber era exatamente informação sobre esse assunto, a razão porque os Membros da Assembleia de Freguesia não foram informados desse arquivamento e saber quais as medidas que o Executivo tomou ou iria tomar, uma vez que considerava ser um caso de crime. Se realmente havia sobrefaturação e artigos que não estraram no erário público, isso tinha a ver com crime. Portanto, saber a atuação da Junta, se houve ou se iria haver. -----

----- Não era para falar, mas perante a intervenção do Senhor Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia, o Membro Pedro Louro, era uma declaração política e considerava um desabafo. Sinceramente não tinha percebido a razão dessa intervenção.

----- Qualquer executivo estava sujeito às críticas, a todas as questões, a todas as perguntas. Tinham que ter esse encaixe de receber porque fazia parte da vida política e nesse caso autárquica. Como viram diversos fregueses o fizeram de maneira correta e exigente. Era isso que fazia com que o trabalho de todos tivesse realmente algum sentido. -----

----- Poderiam pensar na intenção ou não, mas deviam pôr isso tudo de lado e uma das coisas que devia estar presente era que o Executivo, gestor de todas as ações que se faziam na Freguesia, estava sempre sob um juízo, fosse ele pior ou melhor. Tinham era que saber encaixá-lo, discuti-lo e dar as respostas mais transparentes possíveis, provar o porquê da atuação que se tinha ou não. -----

----- Era o direito das pessoas questionarem, saberem, informarem-se e estava na parte do Executivo dar as respostas devidas. -----

----- O mandato tinha sido muito atribulado, faltava um ano e não devia acabar com situações que não eram boas para ninguém.-----

----- **Membro Jorge Rodrigues (PS)** disse que em relação à segunda moção do PCP, sendo temas diferentes, sugeria a votação por pontos, a moção sobre o suplemento.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que se a Mesa não tivesse nada a opor também não teria.-----

----- **Membro António Valente (PAN)** disse que tinha uma declaração para apresentar à Assembleia de Freguesia e ao Executivo e que passava a ler:-----

----- **Declaração Política** -----

----- *“Gostaria de começar a minha intervenção descrevendo uma situação pessoal que ocorreu na semana passada. Merece a melhor atenção, embora seja um acontecimento não significativo para esta Assembleia mas poderá ser útil para explicar as preocupações do PAN.*-----

----- *O termoacumulador da minha casa explodiu. Foi necessário intervir com urgência e desenvolver todos os esforços para efetuar uma substituição rápida do aparelho. Estejam descansados que estamos todos bem em casa e não houve problema nenhum. --*

----- *Após uma pesquisa de mercado encontrei uma empresa que estava disponível para efetuar a substituição em vinte e quatro horas com um orçamento de 490 euros. Achei o valor demasiado alto e contactei mais duas empresas. Uma dessas empresas apresentou um orçamento de 240 euros, também com a instalação e fornecimento em vinte e quatro horas para um equipamento da mesma marca e modelo. Ou seja, precisamente o mesmo trabalho e sensivelmente metade do valor da primeira proposta.*

----- *Eu podia não ter pedido mais nenhum orçamento e adjudicado ao fornecedor da primeira proposta, efetivamente poderia ter feito, mas pagaria o dobro do valor desnecessariamente. Trata-se de uma regra básica para uma boa gestão do orçamento, pedir vários orçamentos, analisar preços, condições de fornecimento, instalações, avaliar o fornecedor, etc.*-----

----- *Pois é isto precisamente que a Junta de Freguesia de Arroios não faz. Em detrimento de uma pesquisa de mercado o Executivo da Junta de Freguesia opta por escolher uma primeira e única proposta.*-----

----- *Resumidamente é disto que falamos quando nos referimos ao uso e abuso do procedimento de ajuste direto aprovados pelo Executivo da Junta de Freguesia de Arroios. Ou seja, o Executivo da Junta de Freguesia não promove uma saudável concorrência de mercado, não é transparente nas contratações e acima de tudo não promove uma boa gestão dos dinheiros públicos.*-----

----- *Tudo isto representa uma péssima gestão mas o Senhor Tesoureiro, André Gomes, já teve oportunidade de responder ao PAN em anteriores pedidos de esclarecimento sobre esta matéria, salientando que o ajuste direto é um procedimento legal e que por isso pode utilizá-lo.*-----

----- *Pois bem, pode utilizá-lo dentro de determinados limites que aparentemente o Executivo não está a cumprir.*-----

----- *Por agora deixar a má gestão e vamos concentrar no aspeto só legal. No dia 19 de outubro de 2020 pedimos uma lista dos ajustes diretos, no dia 2 de novembro reforçámos o pedido de esclarecimento da lista dos ajustes diretos, no dia 3 de novembro reforçámos o pedido a incluir o estudo do contrato, no dia 17 de novembro reforçámos o pedido a descrever as nossas preocupações.*-----

----- *Uma das funções da Assembleia de Freguesia é fiscalizar a atividade exercida pelo Executivo da Junta de Freguesia de Arroios. Muitas das intervenções do PAN em Assembleia tiveram como objetivo prevenir e evitar situações de incumprimento, por exemplo referimos aos pedidos de alerta do PAN relativamente à necessidade do*

Executivo verificar o cumprimento dos limites dos valores da contratação pública previstos no CCP. -----

----- Relativamente aos procedimentos de contratação pública o PAN, em Assembleia de 28 de setembro de 2020, voltou a questionar o Executivo relativamente aos procedimentos de contratação. Mais uma vez o Executivo da Junta de Freguesia não respondeu e remeteu a análise para as atas da reunião. -----

----- Recordamos que poucos dias depois ficámos a saber pela comunicação social que o Tribunal de Contas emitiu um relatório onde aponta as mais diversas irregularidades na contratação pública da Junta de Freguesia de Arroios. Portanto há irregularidades, não sou eu que o digo, não é o PAN que o diz, é o Tribunal de Contas. -----

----- Face ao descrito e tendo em conta que o PAN voltou a pedir no dia 19 de outubro de 2020 informação detalhada sobre os procedimentos de contratação, não se compreende que passados dois meses essa informação ainda não tenha sido disponibilizada a todos os Membros desta Assembleia. -----

----- Como já referimos anteriormente, sempre que há necessidade de efetuar um concurso por ajuste direto o Executivo deverá, antes de efetuar o convite, verificar o cumprimento dos limites previstos no CCP. Ou seja, deverá analisar todos os ajustes diretos no ano corrente e nos dois anos anteriores. -----

----- Assim sendo, em qualquer momento deverá ser possível ao Executivo enviar informação solicitada pelo PAN, pois esta informação deverá estar disponível a qualquer momento. Só desta forma poderá o Executivo assegurar que não está a ultrapassar os limites do CCP e aprovar a contratação por ajuste direto a um determinado fornecedor em consciência e com a certeza que está a cumprir os limites legais. -----

----- Relativamente a todos os pedidos de esclarecimento sobre os procedimentos de ajuste direto não obtivemos qualquer resposta até hoje, passados dois meses quando o prazo legal era de trinta dias para o Executivo responder. -----

----- Mas ainda há mais. No dia 29 de novembro enviámos um pedido de esclarecimento sobre os ajustes diretos, assessorias de apoio jurídico na Junta de Freguesia. Sobre estes ajustes diretos em concreto verificamos o fracionamento da despesa de modo a não atingir o limiar a partir do qual é obrigatório o concurso público. Em todos os casos foi ultrapassado individualmente o limite máximo admitido nos contratos celebrados por ajuste direto de aquisição de serviços. -----

----- Recordamos que de acordo com a publicação de 31 de julho de 2017, o Decreto-Lei 111-B/2017, entraram em vigor novos limites para o ajuste direto. No artigo 20, no ponto 1 é referido o seguinte: -----

----- “Para a celebração de contratos de locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços pode adoptar-se um dos seguintes procedimentos: Alínea b) ajuste direto quando o valor do contrato for inferior a vinte mil euros.” -----

----- Nos procedimentos em causa o Executivo da Junta de Freguesia de Arroios optou por um procedimento de ajuste direto, regime geral, com convite a uma única entidade. Não houve uma análise de mercado e um convite a várias entidades, optou por uma. Num dos exemplos foi assinado um contrato com a entidade Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes no valor de 83.000 euros, mais uma adenda a esse contrato no valor de 20.580 euros. Isto sem ter em conta o contrato que foi assinado em 2016 de 54.000 euros. -----

----- Conclusão, quando o limite do procedimento de ajuste direto é de 20.000 euros, não fazendo o concurso um pouco mais solene e pelo menos convidar a apresentar três propostas, o Executivo aprovou só para este fornecedor um total de 157.000 euros. -----

R

----- Da nossa análise nas prestações de serviço de assessoria jurídica também foram assinados contratos de valor superior ao estabelecido na Lei. Há vários. Sobre este pedido de esclarecimento o Executivo respondeu simplesmente que é uma gestão de recursos humanos. Ou seja, mais uma vez a Junta de Freguesia não responde aos pedidos de esclarecimento do PAN, o que nos deixa numa situação bastante desconfortável. -----

----- Estamos em crer na boa fé do Executivo. No entanto, desconhecemos a argumentação complementar que justifique a legalidade dos contratos celebrados.-----

----- Isto é a nossa análise e podemos estar errados. Não temos a certeza absoluta do assunto mas esta é a nossa análise e era bom que estivéssemos errados. -----

----- Assim como o Executivo teima em não responder aos pedidos de esclarecimento dos Membros desta Assembleia, nomeadamente sobre os procedimentos de ajuste direto, vamos solicitar uma reunião ao Presidente da comissão de representantes da Assembleia de Freguesia para discutir este assunto, mas existem ainda outros pedidos de esclarecimento que gostaríamos de obter resposta do Executivo e que não obtivemos: -----

----- Um pedido de esclarecimento sobre o estaleiro da obra da Rua de Santa Bárbara, até hoje pedimos a planata e não obtivemos qualquer resposta; -----

----- Pedido de informação da empreitada de melhoramentos de acessibilidade de passeios com demasiada inclinação. Pedimos o plano de trabalhos, pedimos a conta perante o fornecedor, pedimos os autos, não obtivemos qualquer resposta; -----

----- Pedido sobre a empreitada de passeios com elevada inclinação, pedido de esclarecimento sobre o valor do contrato, não obtivemos qualquer resposta; -----

----- Fizemos mais um pedido no dia 14 de novembro relativamente à empreitada de melhoria de acessibilidades nos passeios com demasiada inclinação. Neste caso encontramos diversas anomalias em várias das obras que estão a ser executadas, que são da Junta de Freguesia e até hoje não obtivemos qualquer resposta do Executivo. ---

----- No dia 19 de novembro enviámos um comunicado, após troca de várias correspondências sobre a identificação do nome do contraente público ou contratantes dos contratos publicados no portal base. O PAN enviou para o Executivo da Junta de Freguesia o parecer do Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, instituto que é o responsável pela gestão do portal base, referindo que os nomes dos contrentes não deverão ser eliminados dos contratos no portal. Até hoje não obtivemos qualquer resposta. -----

----- Sobre a piscina de Arroios, esta é gravíssima porque há três meses que andamos a pedir e não conseguimos saber o valor da obra, do complemento da obra da piscina, não conseguimos saber nada. -----

----- Nos últimos três meses temos vindo a colocar várias questões ao Executivo relativamente à empreitada da piscina de Arroios, questões no âmbito da contratação, questões do ponto de vista técnico, a solução, questões sobre os estudos que porventura terão sido realizados. Até hoje não obtivemos qualquer resposta do Executivo. -----

----- Solicitámos ainda uma visita às instalações da Junta de Freguesia para consultar o projeto, processo de concurso, pasta da obra, acesso que nos foi negado. Passado este tempo todo não sabemos nada sobre a empreitada da piscina de Arroios, o Executivo impede-nos de fazer o nosso trabalho, é um silêncio ensurdecedor que nos deixa bastante preocupados. -----

----- Neste ponto não me dirijo ao Executivo mas a todos os Membros desta Assembleia. Não me esqueço de ninguém e dirijo-me unicamente aos representantes dos partidos com assento nesta Assembleia de Freguesia, Pedro Louro do PS, Cal Gonçalves do PSD, Fernanda Lacerda do PCP e Ana Júlia do BE. -----

PK A
A

----- Numa situação como esta, em que um Membro da Assembleia de Freguesia, independentemente da cor política, é impedido de desempenhar as suas funções para as quais foi eleito, que soluções apontam? Qual é a vossa proposta? O que acham que podemos fazer sobre esta situação? -----

----- Por fim gostaria de mencionar o lançamento de um concurso público pela Junta de Freguesia no passado dia 11 de dezembro de 2020, empreitada de requalificação do centro logístico Braancamp Freire, Campo Mártires da Pátria, com o valor base de 369 mil euros. Finalmente um concurso público. -----

----- No entanto, todo o processo que antecede este procedimento não é claro. Em primeiro lugar uma obra com esta importância e com este valor e com tão importante utilização nunca passou pela Assembleia de Freguesia, eu pelo menos não me recordo. Depois o projeto de execução foi entregue por ajuste direto a uma empresa de construção civil no valor de 14.980 euros, contrato assinado no final de março de 2020.

----- Efetivamente a empresa responsável pela elaboração deste projeto já teve oportunidade de ser selecionada para outros trabalhos na Junta, nomeadamente aquisição de serviços para o projeto parque canino no Campo Mártires da Pátria, empreitada de reabilitação do parque da Escola Básica nº 1 de Lisboa, construção do espaço de jogos e recreio na Estefânia. -----

----- No entanto, do nosso ponto de vista é inconcebível adjudicar a elaboração de um projeto com esta importância a uma empresa de construção civil, não faz qualquer sentido. -----

----- Por outro lado, não entendemos conceptualmente a solução. Por exemplo, neste espaço que está a ser projetado, são armazenados no atual centro logístico materiais de desinfeção que carecem de sistemas de alerta e fuga e criação de bacias de retenção. Neste contexto será adequado juntar no mesmo edifício zona de armazenamento de material perigoso com espaço de lazer para crianças? -----

----- Fazemos esta e outras questões, sabendo que o Executivo não irá responder. -----

----- Sabemos ainda que o jardim Mártires da Pátria está classificado como imóvel de interesse público abrangido por uma zona não edificante, pelo que qualquer intervenção que existe pede parecer da Direção Geral do Património Cultural. -----

----- Questões: Este parecer foi emitido? Será distribuída cópia do parecer da DGPC aos Membros desta Assembleia? -----

----- Como em muitos pedidos efetuados pelo PAN, o Executivo provavelmente remete-se ao silêncio, pelo que iremos solicitar diretamente à DGPC a cópia do parecer emitido ----- ”

----- **Membro Maria Lúcia Borges Leitão (PSD)** disse que, tal como a Membro Fernanda Lacerda, não tinha percebido nada do que se estava a falar e reiterava o que foi dito em relação à legitimidade das pessoas fazerem perguntas, colocarem as questões e exigirem resposta. -----

----- Para si, o que se tinha passado com essa declaração política não foi mais do que um desabafo e o que o Membro Pedro Louro fez foi um aproveitamento político para fazer ruído, uma intervenção meramente política e se calhar já com vista a uma propaganda autárquica para fins da nova campanha. O que se fez não foi mais que demagogia política e não tinha percebido nada. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que percebia a intervenção de antecipação em relação a essa declaração política mas, como o Membro Pedro Louro dizia e bem, não podia valer tudo. Desresponsabilizar os Membros eleitos e colocar o libelo daquilo que se passava ou não sobre os trabalhadores era uma situação que não podia aceitar. -----

OK A
*

----- Quando se atacava a contratação pública o que se estaria a atacar eram os trabalhadores que preparavam a documentação ou o que fosse era um libelo que não podia consentir e com certeza que depois poderiam ver a transcrição do que foi dito. Diria mesmo que os trabalhadores da autarquia, como todos os trabalhadores em geral, mereciam um especial respeito. -----

----- Também mereciam um especial respeito os eleitos locais, mas isso não significava que fossem passíveis de se desculpar atrás daquilo que era proposto ou não proposto pelos trabalhadores. -----

----- Nessa matéria começaria por fazer uma pergunta à Senhora Presidente da Mesa: se porventura a Senhora Presidente da Mesa teria recebido do Executivo algum pedido de agendamento de pontos da ordem de trabalhos para as duas últimas sessões da Assembleia de Freguesia, nomeadamente a presente Assembleia. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu que foi a Junta de Freguesia quem indicou os pontos da ordem de trabalhos. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** explicou que a pergunta era só para saber se no âmbito do disposto na alínea d) do número 2 do artigo 9º da Lei 75/2013 o Executivo solicitou o agendamento da análise, debate e tomada de posição do relatório final do Tribunal de Contas que já foi enviado algum tempo antes. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que não tinha recebido esse pedido de agendamento. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que na alínea d) do número 2 constava o seguinte: -----

“----- Compete no âmbito das suas atribuições de acompanhamento e fiscalização das funções do órgão executivo conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços da freguesia-----”

----- Essa situação deveria ter sido já agendada para ser discutida na Assembleia, que era o órgão próprio. Não bastava um simples envio por e-mail do relatório final do Tribunal de Contas. -----

----- Por outro lado, tinha já várias vezes solicitado informação sobre a situação referente à queixa-crime que foi em devido tempo comunicado à Assembleia como tendo sido apresentada. Foi depois dito que não podia ser dada mais informação porque se encontrava ao abrigo do segredo de justiça. Essa informação tinha alguns laivos de imprecisão porque havia matérias que estavam sob sigilo e havia outras informações que não estavam sob sigilo. -----

----- Ainda assim, passando em claro sobre essa matéria, recordou que tinha solicitado logo que o sigilo fosse levantado lhe dessem conhecimento a si e aos Membros da Assembleia de tudo o que houvesse sobre essa matéria. Acabara de ouvir pela intervenção da Membro Fernanda Lacerda, que pelo menos em maio teria sido arquivado o processo. -----

----- Aliás, já numa outra Assembleia tinha questionado e disseram-lhe que foi arquivado mas ainda estava a decorrer o prazo de trânsito em julgado mas, como se sabia, quando era proferido o despacho de arquivamento o sigilo era imediatamente levantado e portanto de acesso imediato às informações. -----

----- Lamentava que nem na informação escrita da Senhora Presidente que estava para discussão nem nas anteriores tivesse sido feita qualquer referência tanto à questão do Tribunal de Contas como à questão da queixa-crime. -----

----- Aproveitava para requerer em direto para a ata que lhe fosse fornecida toda a informação referente a esse processo-crime e simultaneamente requeria também o

PK A
A

agendamento com caráter de urgência para o cumprimento da alínea d) do número 2 do artigo 9º. -----

----- Simultaneamente levantava algumas outras questões relativas ao respeito que era devido pelos eleitos locais. Da mesma maneira que os eleitos da Assembleia de Freguesia deviam respeito aos duplamente eleitos Membros do Executivo, também os Membros da Assembleia mereciam o devido respeito e que lhes fosse fornecida atempadamente a informação que solicitavam no âmbito do seu munus de fiscalização da atividade do Executivo. -----

----- Isso não acontecia e por exemplo quando era dada uma resposta que quanto aos contratos celebrados, um documento público administrativo, não podia ser dada a totalidade da informação constante dos mesmos e invocando a RGDP, chamava à atenção que uma coisa era a publicitação na basegov e aquilo que teria de repetir. Coisa distinta era que nem a Constituição, Lei Fundamental do País, nem a Lei 75/2013, nem a 169 naquilo que restava dela, nem em qualquer outro diploma se fazia qualquer distinção entre os eleitos locais, os autarcas que estavam no Executivo ou na Assembleia de Freguesia. -----

----- O acesso que a Senhora Presidente e os demais Membros do Executivo tinham no momento da assinatura de um contrato administrativo não podia ser vedado a qualquer Membro da Assembleia. Nessa matéria tinha verificado, nas trocas de e-mails e não querendo tomar posição na altura, que era sonogada informação. Não estranhara porque já no passado fizera alguns pedidos de informação e de esclarecimento que ficaram sem resposta. -----

----- Como o Membro Pedro Louro dissera e muito bem, era altura de os levar à colação e solicitar que fossem escrutinados quanto ao seu cumprimento. -----

----- Só queria também antes da votação obter um esclarecimento sobre o alcance da moção apresentada pelo PCP em relação ao subsídio de risco, penosidade e insalubridade. Não sabia se foi referido algum quadro legal ou não e era isso que queria saber. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que tinha sido referido o Orçamento de Estado 2021 e a Lei número 12-A de 2008. O Orçamento de Estado incluía o subsídio. -----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** disse que tinha para ler umas breves palavras acerca das notícias que infelizmente chegavam sobre o SEF: -----

“----- *O Partido Comunista Português gostaria de demonstrar a sua mais profunda preocupação com o que se passa neste momento no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.* -----

----- *Sendo nós da Freguesia mais intercultural e com 92 nacionalidades, que teve a questão conhecida das pensões sobrelotadas, em que alguns dependem ainda da ajuda da Junta de Freguesia, não podemos deixar de afirmar a nossa mais profunda solidariedade com todos os cidadãos migrantes e o mais profundo repúdio pelos atos bárbaros de tortura e homicídio que foram verificados no aeroporto de Lisboa e, de acordo com as notícias mais recentes, também no aeroporto de Faro.* -----

----- *Não podemos aceitar sob circunstância alguma que agentes da autoridade sequestrem e torturem um cidadão e neste caso em razão de nacionalidade, praticando atos de tortura, bestialidade, com o encobrimento de toda uma instituição até às mais altas chefias.* -----

----- *Mesmo agora a nomeação do membro aposentado da GNR, questionado pelos seus pares pela perseguição que fazia a membros desta força militar, deixa-nos preocupados.* -----

AK b
AR

----- *Arroios, como Freguesia de inclusão e solidariedade, deve expressar também a sua posição contra qualquer manifestação de racismo, de violência, em defesa dos direitos humanos de todos.* -----

----- *Há muitos anos que se fala na reestruturação do SEF e o Partido Comunista Português espera que seja uma reestruturação que não trate os migrantes como criminosos ou casos de polícia, que respeite os seus direitos, que nunca se esqueça que também nós fomos e somos um País de emigrantes.* ----- "

----- Continuando, disse que tinha estado a tarde toda em volta de questões que foram "roubadas", ainda bem, pelos dois primeiros fregueses. Eram questões para a Junta colocar à Câmara Municipal, sendo exatamente questões da competência da Câmara Municipal. -----

----- Em relação às escadinhas do Lavra, realmente era por vezes um problema de fronteira. A Junta de Freguesia finalmente substituiu a manilha e faltava voltar a empregar. Eram questões que a Câmara Municipal como um todo se devia responsabilizar logo. Aquilo estava em muito mau estado, realmente estava meio abandonado e com algum perigo porque ainda residiam lá pessoas com alguma mobilidade reduzida, pessoas com alguma idade. Esteve a céu aberto durante alguns meses com água a correr, os fregueses informaram mas parecia-lhe que a Câmara demorou algum tempo. Se estivesse enganada que a retificassem. -----

----- Faltava finalizar a obra e mais uma vez alertava, mas isso também dependia do profissional. O local estava vedado mas era uma espécie de estaleiro a céu aberto, as pedras dos lancis do passeio estavam encostadas a um canto e qualquer pessoa podia ir lá buscar. -----

----- A Câmara deixava muito a desejar na fiscalização desses atos, mas voltava a reforçar o pedido para que fosse finalizada a obra e que se responsabilizasse mais a Câmara. -----

----- Por exemplo no Campo Mártires da Pátria havia um muro de sustentação de terras que ficava em cima do posto de higiene do Largo do Mastro, que a Polícia Municipal identificou, colocou baias, colocou fitas e depois com o tempo ficou à espera que as fitas voassem e fossem arrancadas mas nada fez. -----

----- Estavam-se a ver obras serem lançadas quase às escondidas por parte da Câmara, como as obras de luxo que não sabia se já foram votadas para aquela zona, mas por exemplo nesse muro que podia levar alguém com ele ou esmagar alguém a passar lá em baixo a Polícia Municipal pôs as fitas e a Câmara nada fez. Aquilo estava mesmo perigoso. -----

----- Pedia desculpa aos fregueses mas o confinamento limitava um pouco o espaço, se calhar ouvia-se mais os vizinhos do lado e havia zonas que se podia não falar tanto. Pedia desculpa se alguém se sentia pouco ouvido. -----

----- A Calçada de Santana e uma forma dos carros poderem desacelerar, era uma descida íngreme e os carros aceleravam muito, havia ali um infantário da paróquia. O que se poderia pensar para aquela rua, realmente lombas era complicado porque interferia com os habitantes, nem sempre era muito simpático. Os semáforos não sabia, mas mais uma vez era um pedido para se pensar. -----

----- Exibindo uma fotografia perguntou para quando uma revolução no método de recolha do lixo. Em determinadas ruas da cidade notara que existia esse método e levava-a a crer com alguma esperança que fosse um projeto a nível da cidade para ruas com pequena dimensão e onde os caixotes de lixo maiores não conseguiam aceder. -----

----- Perguntou se era um projeto para ruas estreitas, em ruas onde existia aquele método horrível do saco na rua, se eram contempladas com esse tipo de método. Em certas ruas

não existiam ilhas nem pontos de lixo, tinha que se colocar o saco do lixo na rua e era um desgaste até para os próprios funcionários. -----

----- Era um trabalho que não dignificava ninguém e seria muito mais fácil isso, não havia sacos rotos, não havia animais a abrir sacos, não podia já haver desculpa para que as pessoas metessem os lixos quando não eram horas ou quando não era o dia. Era bom para todos, para os moradores, para os utentes e dignificava o trabalho dos funcionários.

----- Perguntou se havia mais notícias sobre o metro de Arroios, Praça do Chile, em que fase se encontrava a obra, se existia uma luz ao fundo do túnel até para utentes, para aqueles comerciantes, para todos e inclusivamente para deixarem de levar essa questão à Assembleia. -----

----- Na secção de compras gostaria de ter visto compra de papeleiras para haver mais papeleiras na rua. Tinha notado que em certas zonas desapareceram papeleiras. A questão do civismo era discutível, muita parte era civismo mas se proporcionassem esse tipo de equipamentos ajudavam no civismo diário das pessoas. -----

----- **Membro António Valente (PAN)** disse que do ponto de vista do PAN a democracia funcionava assim. O seu papel na Assembleia tinha sido de apoio e quando colocava as perguntas não era para prejudicar ninguém, era para tentar melhorar os processos. -----

----- Em qualquer empresa o processo de auditoria era bem visto. O PAN em várias Assembleias de Freguesia levantou questões e lembrava-se quando era tesoureiro o Senhor Lavaredas de falarem exatamente sobre essas questões, os ajustes diretos, qual o controlo que se fazia, como se fazia, tiveram reuniões sobre esse assunto. -----

----- A postura do PAN não era de denegrir qualquer imagem, fosse de quem fosse. O objetivo do PAN era apoiar, ajudar, fiscalizar, em qualquer processo de auditoria era isso que se pretendia. -----

----- Custava muito ouvir uma coisa que lhe parecia estranhíssima, como ia o Membro Pedro Louro dizer numa declaração política do PS, depois disso tudo e das questões que o PAN colocou sobre a contratação pública e como devia a ser feita, quem seriam os responsáveis, depois disso ir o PS numa reunião de Assembleia dizer que os responsáveis por eventuais contratações... que não sabia se houve, não afirmava que houvesse, parecia-lhe haver algumas situações que não estavam bem justificadas e pedia esclarecimentos, era outra coisa. O PAN não acusava a dizer que estava mal, o PAN perguntava porque foi feito assim, mas se houve algum caso de contratação incorreta a responsabilidade era dos decisores e não do funcionário da Junta que fez o parecer. -----

----- Quem validava a adjudicação, que soubesse, era a reunião do Executivo. Se achassem que estava incorreto na sua análise por favor corrigissem, mas via dessa forma. Estar a desviar a atenção para os funcionários da Junta parecia-lhe de uma deselegância tremenda e uma falta de honestidade política medonha. -----

----- **Membro Maria Eugénia Silva (PSD)** disse que queria apenas uma informação, uma vez que a colocação dos caixotes do lixo era da Câmara, mas gostava de saber a razão de terem metido na zona abaixo do Mercado Forno Tijolo a colocação para cinco ou seis caixotes em frente de um estabelecimento e ocupando a rua de forma a que os peões, quando quisessem passar, tinham que ir para o meio da rua. -----

----- Também numa das travessas ali estavam uns caixotes e os fregueses queixavam-se de futuramente os carros não passarem. As pessoas tinham pedido para pôr ali caixotes mas não no passeio junto à rua. Não sabia quem teve essa ideia mas gostaria que informassem. -----

----- **O Vogal do Executivo José Eduardo Matos** disse que queria dividir a sua intervenção em quatro ou cinco pontos e que seriam pontos de esclarecimento porque tinha a sensação que a Assembleia começou com algumas confusões que não eram

habituais. Apesar de ser hábito as Assembleias serem longas, não costumavam ser tão longas com opiniões que lhe pareciam um pouco confusas. -----

----- O Tesoureiro, Doutor André Gomes, por motivo de doença não podia estar presente na Assembleia e o Executivo desejava-lhe as melhoras rápidas. -----

----- Em relação ao seu colega de partido, camarada Pedro Louro, era importante haver a colocação dos pontos nos is em relação a algumas questões e o Executivo agradecia a solidariedade que a bancada do PS lhe endereçava, mas era preciso clarificar uma coisa que o Pedro Louro não tinha deixado clara e, pelo contrário, se calhar confundira um pouco. -----

----- Cabia à entidade adjudicante a escolha do procedimento. O que tinha sucedido no passado era que não havia funcionários muito habilitados para fazer os procedimentos da contratação pública, coisa que julgava saber já existir. -----

----- Era verdade o que o Membro António Valente dizia, que perguntar não ofendia, mas o mesmo não se dizia da insinuação. Uma pergunta tudo bem, duas perguntas estava certo, três perguntas agradecia, mas trinta perguntas... -----

----- Queria-se sempre escolher o procedimento mais adequado mas quando o procedimento mais adequado não era o escolhido a responsabilidade era de quem o escolheu, o Executivo. -----

----- Agradecia a intervenção do Pedro Louro, sabia que era uma intervenção apaixonada de quem era socialista com muitos anos e quem defendia o Executivo, a quem o Executivo também agradecia o companheirismo, mas era preciso clarificar porque parecia não ter ficado clara essa questão. -----

----- Gostava muito que o Membro António Valente pudesse identificar aquilo que achava estar menos bem feito e agradecia que tivesse identificado uma situação, só que essa situação que era reportada como uma ilegalidade que ultrapassava o limite do estipulado no artigo 113 não era uma situação que estivesse abrangida pelo 113. -----

----- O artigo 113 do Código dos Contratos Públicos versava sobre a contratação baseada no critério do valor e a Senhora Doutora Lúcia Gomes, que tinha muitos anos de jurista na casa e que até teve funções de interação com os Membros da Assembleia, foi contratada com base em critérios materiais. Nessa base não se podia falar do teto ao qual dizia respeito o artigo 113 do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Tivera o cuidado de responder ao Membro António Valente, tanto em sede da comissão onde amavelmente o convidaram para estar presente, comissão dos representantes dos partidos com assento na Assembleia, onde disse que a resposta estava a ser elaborada. Isso foi dito inclusivamente por escrito ao Membro António Valente. Aconteceu que toda a informação pedida, com os pontos que mais tarde adicionou, não estavam compilados dessa forma e tivera-se que compilar um documento para que a informação constasse da forma que era pedida. -----

----- Acontecia também que tiveram o Orçamento ali pelo meio, o que reduziu a disponibilidade dos recursos alocados às respostas ao PAN. Até podia confidenciar que foi alocado um funcionário exclusivamente para dar resposta ao Membro António Valente. Tinha até alguma inveja porque durante os anos todos na Assembleia de Freguesia de Arroios nunca tivera um funcionário alocado às perguntas que fazia. No entanto, era com todo o gosto que o faziam porque queriam responder às perguntas colocadas. -----

----- Havia também questões do Membro José Cal Gonçalves e da Membro Fernanda Lacerda. O Membro José Cal Gonçalves a respeito do nome do gestor do contrato, a pergunta colocada era porque não estaria no base.gov. A não disponibilização do nome do gestor de contrato era para efeitos de base.gov e não para um Membro da Assembleia, se a Assembleia quisesse podia saber essa informação, mas a pergunta que

foi colocada era porque através de consulta do base.gov qualquer cidadão com interesse nessas matérias não podia ter acesso a essa informação. -----

----- Em relação à Membro Fernanda Lacerda, tinha transmitido a preocupação sobre o conhecimento das matérias relativas aos processos em curso e julgava que a Senhora Presidente iria transmitir essa informação ao órgão Assembleia no local e momento adequado e que era a Assembleia em que se estavam a reunir. Deixava para a Senhora Presidente essa informação relativa aos processos que ainda estavam a decorrer ou que terminaram recentemente. -----

----- Agradeceu à Membro Ana Mirra a identificação que fez do problema do muro no Campo Mártires da Pátria e o posto de limpeza. A Senhora Presidente iria falar sobre isso mas também iria pedir à equipa da proteção civil que pudesse deslocar-se ao local para fazer uma avaliação. -----

----- A propósito ainda da contratação pública, se comparassem os concursos públicos do atual mandato com o mandato anterior, independentemente da Presidente ser a mesma, o número de concursos públicos era dez vezes mais. Gostaria que isso ficasse claro. Tinham mais obras, tinham mais competências e mais onde atuar e os concursos dez vezes mais. Portanto, estavam no bom caminho para continuar e até melhorar. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que ainda não tinham enviado o despacho final porque ainda não tinha sido transitado em julgado. Não havia indícios de crime e a queixa foi da Junta de Freguesia. Até ao final do ano enviariam a resposta a isso tudo. --

----- No atual mandato eram mais do triplo os concursos públicos. Tiveram três milhões da Câmara Municipal para concursos públicos para obras e estavam todos em ordem. Fariam as obras todas que estavam previstas nesses três milhões. -----

----- Em relação à Membro Ana Mirra, a manilha da Calçada do Lavra era substituída pela Câmara Municipal. Eram obras grandes, obras estruturais, a Câmara Municipal foi avisada várias vezes e até adiantou o processo por pressão da Junta de Freguesia. Iria chamar a atenção sobre os lancis e os passeios mas também era a Câmara Municipal que tinha que acabar esses trabalhos. -----

----- Sobre o muro, a Membro Ana Mirra tinha toda a razão. A Junta alertou diversas vezes e estavam muito preocupados com a situação do muro que dava do Campo Mártires da Pátria para o posto de limpeza. Mais uma vez chamaria à atenção por escrito. Era uma situação que se passava ao urbanismo e também à Unidade de Intervenção Territorial Centro, dirigida pela Doutora Helena. -----

----- Sobre o que fazer na Calçada de Santana para o desaceleramento, teriam que fazer uma pergunta ao Miguel Gaspar. -----

----- Na higiene urbana, quem estava a colocar aqueles caixotes era a Câmara Municipal, como era da responsabilidade. As papeleiras também eram competência da Câmara Municipal, a Junta só tinha a limpeza das papeleiras. Tudo o que era instalação de material, como os caixotes do lixo e toda essa situação, era com a Câmara Municipal. Se iria haver nas ruas estreitas, parecia-lhe que sim porque era o que estavam a fazer nos outros bairros por forma ao lixo não ficar na rua e ficar preso a algumas paredes também para as pessoas não vandalizarem os caixotes. -----

----- Sobre o metro de Arroios havia a indicação das obras terminarem em setembro de 2021. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** começou por agradecer os esclarecimentos dados pelo Vogal do Executivo José Eduardo, nomeadamente que em alguns casos se recorria ao procedimento do critério material. Com essa informação dada atempadamente se calhar evitavam-se algumas dificuldades e alguns problemas. -----

----- Isso para dizer que quando se respondia a um eleito para ir consultar a base.gov, efetivamente depois dava essas confusões. Na base.gov, como se acabara por

reconhecer e bem, não tinha toda a informação de acordo com o cumprimento da Lei, nomeadamente do RGDP, mas ao eleito tinha que ser fornecida toda a informação. -----

----- Conviria de futuro que as respostas não fossem a remeter para as atas, porque as atas às vezes tinham limitações, tanto as atas em minuta como as outras. Se começavam a sublinhar e a apagar nomes também não tinham acesso à informação e a ata em minuta, a que era disponibilizada, não era completa em relação ao que se passava nas reuniões do Executivo. -----

----- Dito isso e agradecendo o esclarecimento dado, deixava essa nota também de contribuição para o melhor funcionamento entre os dois órgãos. Que não remetessem sucessivamente para a base.gov porque depois via-se que a base.gov tinha essas questões, até porque quando se ia à base.gov não dizia qual o critério utilizado e suscitavam-se essas dúvidas. -----

----- **Membro António Valente (PAN)** disse que era exatamente o que queria dizer. Agradecia o esclarecimento e teria sido muito mais fácil na primeira questão que colocara sobre os ajustes diretos haver a justificação. Aliás, tinha referido na sua intervenção que podia haver legislação ou motivo que desconhecesse para haver esses ajustes diretos e afinal havia, foi escolhido o critério material. Bastava dizer essa informação e tudo tinha ficado esclarecido. -----

----- Agradeceu o esclarecimento prestado. -----
----- **A Senhora Presidente da Junta** disse ao Membro António Valente que sempre que quisesse consultar era só marcar o dia. A equipa tinha acabado o Orçamento e estaria sempre disponível para o receber, era só dar duas ou três datas, apesar de terem um funcionário quase a tempo inteiro só para responder. Fazia-se uma pergunta e a seguir outra pergunta, ia-se alimentando e havia trinta dias úteis para responder. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Em defesa da TAP Portugal e dos seus trabalhadores”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 3 votos a favor (BE e PCP), 1 voto contra (IND. Vitor Teles Fernandes) e 14 abstenções (PS, PSD, PAN e IND. Frederico Sapage Pereira). -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)**, referindo-se à moção sobre o suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade, perguntou aos proponentes se não achavam que a redação do ponto 1 deveria ser ligeiramente corrigida no seguinte sentido:-----

----- O Orçamento de Estado efetivamente previa o pagamento do subsídio de penosidade e insalubridade mas delegando isso para as autarquias remetia também para a negociação coletiva com os sindicatos. Sabia-se que o STAL estava a desencadear os procedimentos para essa negociação, pressupondo-se que durante o primeiro semestre estaria concluída a negociação entre os sindicatos e as autarquias porque já estavam a ser contactadas nesse sentido. -----

----- Perguntou se a redação não deveria ser no sentido de instar o Executivo não a cumprir mas a desencadear os procedimentos de negociação coletiva. Era a sugestão que deixava para poder votar favoravelmente também. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que realmente isso era verdade e como tal seria um reforço para que a autarquia, quando fosse para a negociação desses contratos, já ia incumbida de uma decisão dos Membros da Assembleia que aprovaram essa decisão. Esse era o sentido. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Ponto 1 da Moção “Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado

aprovar, por maioria, com 7 votos a favor (PSD, BE, PCP e PAN) e 11 abstenções (PS, IND. Frederico Sapage Pereira e IND. Vitor Teles Fernandes). -----

----- Submeteu à votação o **Ponto 2 da Moção “Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **Voto de Pesar “Pelo falecimento de Manuel Laureano”**, apresentado pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Continuando, disse que havia outro voto de pesar pelo também autarca numa das extintas Freguesias que deram origem à Freguesia de Arroios, na Freguesia dos Anjos. -

----- Recordava-se do Fernando Furtado Barreiros, não da autarquia mas porque ele fez a apresentação de um livro com o Carlos Inácio Revés a que assistira. Não sabia que ele tinha falecido e ficava com muita pena. -----

----- Submeteu à votação o **Voto de Pesar “Pelo falecimento de Fernando Furtado Barreiros**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- (Neste momento a Assembleia procedeu a um minuto de silêncio) -----

----- **Ponto 3 – Leitura, discussão e votação das atas 18, 19 e 20 das sessões anteriores;** -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** observou que na página nove da Ata 118 era identificada “Maria Borges Leitão (PSD)” mas normalmente era identificada de outra forma. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** perguntou se as atas estavam à votação e foram feitas as correções mencionadas. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu que sim. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que os nomes não estavam iguais mas eram a mesma pessoa, também era Borges Leitão. Tinha reparado ao ler mas não era relevante, visto que identificara ser a mesma pessoa. No entanto, podia ser retificado para o nome que era habitual. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que não havia qualquer problema e iriam fazer essa retificação. -----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 18**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 19**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 20**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- **Ponto 4 – Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013;** -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que o último trimestre tinha sido desde logo marcado pela concretização de dois concursos de pessoal. Como sabiam, depois de um esforço de investimento considerável em pessoal conseguira-se integrar 55 novos trabalhadores da higiene urbana. -----

----- Agradeceu em seu nome e do Executivo a presença da Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia e da representante do PCP na cerimónia de assinatura dos contratos, um momento que para muitos foi também a celebração do início de uma vida com segurança e direitos, política com a qual o Executivo se comprometeu e cumpriu. -----

----- Em resposta que sabiam estar em falta com a eleita do PCP, questão colocada pela comissão de representantes da Assembleia, remetia-se o número total de prestadores de serviço. Como poderiam ver, em janeiro de 2020 eram 64 e em outubro de 2020 eram apenas 35, correspondendo esse número a monitores de atividades extra-curriculares,

prestadores de serviços jurídicos, monitores e técnicos de ação social no âmbito da Academia Sénior, entre outros.-----

----- Sabiam também do compromisso de no ano 2021 abrir procedimentos concursais para corresponder às necessidades efetivas de pessoal, dentro dos enormes constrangimentos orçamentais e de se ter encerrado em dezembro a regularização de precários com a abertura de mais um concurso correspondente a uma situação verificada no atendimento.-----

----- Como todos tiveram conhecimento, o Executivo teve uma auditoria do Tribunal de Contas sobre a nomeação do chefe de divisão e sobre contratação de espaços verdes, cujo relatório foi comunicado a 13 de outubro e a 15 enviado para a Senhora Presidente da Assembleia com o pedido de divulgação a todos os Membros. -----

----- Sobre o concurso dos chefes de divisão cumpria informar que o mesmo foi publicado em Diário da República no fim de agosto, apesar de remetido logo após aprovação do júri em sede de Assembleia de Freguesia. O mesmo estava em fase de apreciação de candidaturas.-----

----- Sobre o que se disse acerca do Executivo nos jornais e que era alimentado com inverdades, encontros furtivos e até mesmo trabalhadores a intervirem em obras na Freguesia a serem fotografados dentro de carros, gostaria de deixar algumas palavras:

----- A alteração de paradigma na contratação pública, tendo a Junta de Freguesia de Arroios adotado progressivamente e de acordo com o aumento da sua capacidade e responsabilidade financeira os meios para garantir o estrito cumprimento das normas da contratação pública. Ao terem sido notificados da denúncia por parte do tribunal, versando a mesma sobre matérias de contratação pública, o Executivo da Junta de Freguesia de Arroios decidiu que era adequado e pertinente a contratação de pessoas com conhecimentos específicos nessa matéria tão sensível. Dessa forma alocou especificamente recursos especializados nessas matérias. -----

----- Por via de tal decisão e do reconhecimento da importância da boa aplicação das regras e esse princípio, foi mudado o paradigma da contratação pública na instituição. Dessa mudança resultou uma diminuição no recurso ao ajuste direto, aliás em contraciclo com as demais entidades públicas e por outro lado passando a recorrer a procedimento pré-contratual de concurso público, a utilização de um procedimento em cumprimento estrito das normas vigentes do Código dos Contratos Públicos. -----

----- O cumprimento das regras do Código dos Contratos Públicos e a aplicação dos princípios na gestão dos recursos financeiros públicos eram sempre objetivos do Executivo da Junta de Arroios.-----

----- Eram, após quase três anos de silêncio, sujeitos a uma contínua sombra de dúvida enviada de dois em dois dias sobre questões que muitas delas nem eram competência da Junta de Freguesia, passando suspeitas inclusivé sobre a honestidade e o brio dos funcionários no momento em que se preparava o Orçamento e em que se dava resposta a famílias que não tinham o que comer, que não tinham como pagar a renda, em que tinham cerca de cem pessoas todos os dias a lavar ruas e a apanhar lixo de dia e de noite, em que tinham dado resposta a questões que eram da competência do poder central com a dádiva, a missão e a dedicação do Executivo e sobretudo dos trabalhadores da Freguesia. Era no mínimo desrespeitoso. -----

----- Quando lançavam algumas questões como as que tinham sido lançadas era não só contra o Executivo mas também contra quem trabalhava. Quando se dizia que as obras estavam mal feitas e mal fiscalizadas, quando se afirmava que as ruas não eram lavadas e que havia queixas de fregueses, quando se dizia que os ecopontos não eram lavados ou que tinham trabalhadores ilegalmente contratados (não havia qualquer repartição de despesa em juristas, eram contratados com base em critérios materiais) das duas uma,

ou não conheciam a Freguesia ou pretendiam deliberadamente apoucar o trabalho das centenas de pessoas que todos os dias, fizesse chuva ou sol, cumpriam a missão que o poder local encarregou.-----

----- A Junta não fugiria a nenhuma questão que fosse da sua competência, não iria ceder a essas tentativas desrespeitosas de menosprezar um trabalho reconhecido nacional e internacionalmente. -----

----- No âmbito da ação social houve a necessidade de tomada de medidas urgentes de apoio à população carenciada, atendendo às dificuldades verificadas e enquadradas na atual conjuntura sócio-económica. A Junta de Freguesia de Arroios tentou à sua escala chegar às populações de forma a mitigar o impacto da Covid 19 e auxiliar na redução de barreiras e dificuldades. -----

----- Existiu uma redistribuição geral de tarefas das secções da divisão de intervenção social em projetos específicos acionados para dar resposta a emergência social. -----

----- No mercado, uma vez que a CML em abril pôs fim à sua parceria, em agosto a Junta fez uma parceria com o supermercado LIDL. Realizava o levantamento dos produtos, legumes, laticínios e fruta todas as segundas-feiras durante o período no Banco Alimentar Contra a Fome em Alcântara Terra, armazém 1, e servindo posteriormente a utentes da Pena, Centro Comunitário Central, Exército de Salvação; São Jorge de Arroios, Centro Social e Paroquial de São Jorge de Arroios; Anjos, Junta de Freguesia de Arroios. -----

----- O programa “Não Saia de Casa” a dia 30 de novembro de 2020 tinha como destinatários pessoas com mais de 60 anos, com mobilidade reduzida e pessoas em situação de isolamento profilático. -----

----- O programa “Kits Sociais” continuou no trimestre, possibilitando a entrega de refeições confeccionadas ao domicílio ou a possibilidade de levantamento das mesmas em regime de *take-away* no Centro Social e Paroquial de São Jorge de Arroios, destinados à família que se encontrava em situação de carência económica e vulnerável. Os kits de refeição contemplavam pequeno-almoço, almoço e lanche, apoiando mais de 200 agregados. -----

----- Considerando a continuação da presença de requerentes de asilo em situações de sobrelotação em alojamentos situados em Arroios, a Junta de Freguesia continuou a prestar apoio em três locais e contemplando 80 requerentes com a distribuição de cabazes alimentares com produtos de higiene, medicação, produtos de limpeza e equipamentos de proteção individual. -----

----- No quarto trimestre foram prestados no total onze apoios financeiros destinados ao pagamento de despesas com rendas de habitação em dívida e despesas fixas mensais referentes a serviços essenciais como água, eletricidade e gás. -----

----- Devido às circunstâncias da pandemia, para além dos atendimentos de emergência social presenciais, continuaram-se a utilizar atendimentos através do contacto telefónico e e-mail. Continuou a verificar-se uma procura em massa de pedidos de apoio alimentar, atribuição de apoio económico para pagamento de dívidas, considerando que muitas das famílias ficaram em situação de clara carência económica e conseqüente vulnerabilidade social potenciado pela situação laboral precária. -----

----- No quarto trimestre deu-se continuidade aos atendimentos sociais e presenciais e a realização das situações dos agregados acompanhados, contando atualmente com um número total de 229 processos do cartão “Mais Arroios”, nomeadamente 431 utentes.-

----- De referir que nesse trimestre foi semanalmente realizado um dia de atendimento extra, de modo a poder concentrar todos os pedidos solicitados para apoio à realização das candidaturas aos programas de renda acessível e arrendamento apoiado da CML. -

Handwritten marks: a large 'A' and some scribbles.

----- Devido à situação atual de pandemia continuou no quarto trimestre a verificar-se uma maioria dos contactos e atendimentos realizados com pedidos de apoio alimentar, havendo diversas respostas para as quais os agregados familiares foram encaminhados, nomeadamente a entrega de refeições confeccionadas, cabazes com géneros secos e frescos, cabazes de emergência, entre outros.-----

----- No âmbito do fundo de emergência social, os agregados familiares que não estavam em condições para ser apoiados pelo FES-Covid 19 foram acompanhados e apoiados também ao nível das despesas habitacionais em atraso, renda, água, gás, eletricidade e despesas de saúde. No quarto trimestre foram prestados oito apoios financeiros.-----

----- Continuavam integrados na república quatro utentes. A república estava situada em Arroios, na Rua Morais Soares, estando inserida num prédio habitacional a pessoas sem-abrigo. A necessidade dessa resposta ser integrada num ambiente familiar e comum a qualquer cidadão revelou ter uma enorme importância para esses utentes, que não sentiam qualquer tipo de discriminação face à história de vida de cada um.-----

----- Foi ainda iniciada a colaboração com o programa “Bairros Saudáveis”, programa público de natureza participativa para a melhoria das condições de saúde, bem estar e qualidade de vida em territórios vulneráveis. A Junta de Freguesia de Arroios, enquanto autarquia, não podia ser promotora desse projeto mas encontrava-se a prestar apoio na promoção e divulgação do programa e na aceitação de candidaturas de grupos interessados.-----

----- No âmbito do plano de vacinação contra a gripe, no dia 23 de outubro da parte da manhã ocorreu na Freguesia a ação para maiores de 65 anos, numa iniciativa conjunta com a Junta de Freguesia de Arroios, CML e Direção Geral de Saúde. A Junta de Freguesia foi responsável por todo o apoio logístico, implicando a divulgação da ação, formalização e monitorização de inscrições, tendo disponibilizado dois locais distintos para a realização das mesmas, Mercado de Arroios e Mercado de Culturas, tendo sido vacinados 126 fregueses na sua maioria com idades compreendidas entre os 65 e os 75 anos.-----

----- Seriam ainda distribuídos cabazes de Natal durante a semana a todos os fregueses inscritos.-----

----- Quando defendiam que a cultura era segura, a 18 de setembro, de forma a assinalar a data de aniversário de Açucena Veloso que completaria 68 anos, a Junta de Freguesia de Arroios e a Câmara Municipal realizaram uma homenagem no Mercado 31 de Janeiro inaugurando uma escultura de alto relevo da autoria do escultor Rui Pereira com o título “Mercado 31 de Janeiro” e o sub-título “Açucena Veloso”.-----

----- Apoiou-se o festival “Chapéus na Rua”, que decorreu de 18 a 20 de setembro no Mercado de Culturas, Campo Mártires da Pátria e Mercado de Arroios entre outros. Apoiaram-se ainda os cursos de costura, o festival “Lisboa Soa”, ensaios da Associação Cultural “O Fim do Teatro”, a exposição “Intermezzo”, a feira do Intendente. Continuavam a acolher e a realizar diversas atividades e eventos no Mercado de Culturas.-----

----- No seguimento do protocolo celebrado entre a Junta de Freguesia de Arroios, o Instituto Camões e a Câmara Municipal para a criação do Núcleo Norte de África e Ásia Ocidental com vista à promoção da cultura e tradições dessa região, foram realizadas reuniões e diligências junto das embaixadas da Tunísia, Emiratos Árabes Unidos, Reino da Arábia Saudita, Marrocos e República Árabe do Egito, com vista ao alargamento desse núcleo e possíveis formas de parceria.-----

R
A
H.

----- No quarto trimestre de 2020 deu-se continuidade ao desenvolvimento do projeto “Era uma vez no Leão”, concluído no passado dia 25 de novembro, com a entrega de livros para a biblioteca da escola a partir de uma seleção proposta pelos professores. --

----- Editou-se um livro de combate a estereótipos intitulado “Onde foi parar a bola”, com texto da autoria de Lúcia Gomes e ilustrações de Ricardo Jorge, tendo sido produzidos dois mil exemplares. Os livros foram entregues no passado dia 25 de novembro e seriam distribuídos a todos os alunos do primeiro ciclo das escolas da Freguesia.-----

----- Ainda no âmbito desse projeto esteve patente uma exposição com ilustrações originais do livro na galeria da sede da Junta de Freguesia de Arroios, de 2 de dezembro a 3 de janeiro.-----

----- Continuavam a ser das Freguesias com maior taxa de execução de obra dos contratos de delegação de competências, com maioria dos procedimentos contratuais realizados por concurso público com consulta prévia. Os concursos tinham a aprovação da CML.-----

----- Em termos de higiene urbana, embora se pudesse pensar que graças ao menor número de turistas fosse exetável menos lixo, a verdade era que a produção de lixo continuava por motivos que se prendiam com a maior presença das pessoas em casa, o que exigia muito dos trabalhadores, sempre à altura em tempos tão exigentes como esse.

----- Em termos de comunicação salientava que as novas edições do Jornal de Arroios tinham vindo a dar voz aos fregueses, desde as histórias dos migrantes que escolheram a Freguesia para viver a entrevistas às coletividades, ao trabalho de divulgação das notícias da Freguesia e do Município, na elaboração de campanhas em estrita colaboração com todas as secções da Junta, à divulgação dos eventos não só promovidos pela Junta mas também pelo movimento associativo e popular.-----

----- Não tinha tempo para dar a relevância necessária a todas as secções, mas na Informação Escrita encontravam o relatório detalhado sobre toda a atividade desenvolvida.-----

----- Podia dizer em jeito de balanço que tinha um enorme orgulho na resposta que coletivamente foram capazes de dar, sabendo haver sempre espaço para fazer melhor e sobretudo para ouvir e aprender. Sabia que estiveram lá quando precisavam e que muitas vezes foram os únicos. Por isso agradecia a todos os funcionários da Junta de Freguesia de Arroios pelo serviço público desempenhado diariamente com zelo e dedicação.-----

----- Desejava a todos um bom Natal e um bom ano novo, porque esse tinha sido um ano difícil.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que o ano 2020 era um ano atípico e tinha que fazer um agradecimento aos Membros do Executivo e aos funcionários que tiveram uma ação dentro daquilo que foi possível e executando tarefas com problemas gravíssimos originados pela pandemia que continuaria por 2021. No entanto, queria referir algumas situações porque estavam ali para que as questões fossem levantadas, as perguntas fossem feitas e que tudo isso servisse para melhorar, para se identificar e para que fosse possível uma interligação entre todos.-----

----- Sobre os recursos humanos e relações laborais gostaria de saber o ponto de situação do procedimento concursal para os cargos de direção, uma vez que tinha consultado o site e ainda só verificara a ata número 1, não havendo qualquer outro desenvolvimento.

----- No atendimento verificava-se, isso pelos mapas, que num total de serviços prestados de 6824 cerca de 75% eram emissão de atestados e requerimentos, destacando-se os atestados de residência com 5136. Esse serviço era muito exigente, que devia merecer muita atenção por parte do Executivo e a implementação de

procedimentos de controle interno, garante de fiscalização e com benefício para os utentes. -----

----- Sobre o espaço público queria só reforçar algo que o freguês José da Silva tinha falado, sobre os semáforos na Rua Jacinta Marto. Realmente já iam cerca de dois anos, a situação continuava. Sabia que esse assunto competia à Câmara Municipal mas já lá iam quase dois anos e mantinha-se uma situação de grande perigo. Já tinha visto situações de alguma gravidade, em que felizmente não aconteceu nada. No seu caso tinha muito cuidado a atravessar. Voltava a dizer que no prédio em frente vivia um casal de cegos que utilizavam muito aquela passagem de peões. -----

----- Quanto aos espaços verdes, tinha recebido fotografias sobre o jardim Cesário Verde e só tinha que congratular com aquilo que foi feito. Pessoalmente gostava dos desenhos, achava uma obra de arte, os trabalhadores da calçada portuguesa realmente eram artistas. Ainda não tinha passado lá a pé mas iria fazê-lo brevemente e fazia questão de levar o neto para que ele visse em especial o gato que achava lindíssimo, assim como todas. Achava uma obra de arte e dava os seus parabéns, só desejando que a calçada portuguesa se mantivesse nas ruas da Freguesia de Arroios. -----

----- Em relação ao licenciamento, na página 58 referia-se na colaboração com a CML uma ação de sensibilização relativa ao projeto “Lisboa Ciclável” e referente à ciclovia na Almirante Reis. Gostaria de saber qual a sensibilização e o que estaria a ser feito na realidade. -----

----- Nos mercados havia uma informação sobre as dívidas e o aumento da dívida nos mercados. Gostaria de saber se essa dívida tinha alguma coisa a ver com o encerramento e os novos horários que os estados de emergência originaram. -----

----- Na proteção civil, página 72, referia-se o rebentamento da conduta geral de abastecimento de água que causou inundação na Rua Morais Soares. Era referido que houve uma deslocação à zona de embarque do metro de Arroios e não percebia a razão. A zona de embarque do metro de Arroios não existia porque não havia metro. Perguntou se tinha havido inundação. -----

----- Na comunicação e imagem era referida a publicação de vários documentos. No entanto, continuava a chamar a atenção porque era muito importante, não bastavam as bandeiras e outras coisas, interessava também era a publicação das atas que não estavam em dia da Assembleia de Freguesia e do Executivo, que eram de interesse público e que costumava ler para estar dentro dos assuntos tratados. -----

----- Quanto à posição financeira, a execução à data das receitas era de 74%, das despesas 56% em que as despesas de capital correspondiam a 29%. Esses números revelavam uma execução muito baixa, tanto da receita como da despesa. -----

----- Gostaria de realçar que nas despesas de capital havia uma dotação prevista de 3.300.000, com comprometimentos de 2.366.000 e uma despesa paga de 946.000. Isso significava que as obras seriam executadas em 2021. -----

----- **Membro António Valente (PAN)** disse que queria só fazer uma pequena observação e pediu que a Senhora Presidente o corrigisse se estivesse enganado. -----

----- Um dos aspetos era a Senhora Presidente ter dito que alguém estaria a identificar situações de deficiência em empreitadas no âmbito da gestão da Junta de Freguesia de Arroios e que era uma forma de não denegrir os funcionários da Junta de Freguesia. -----

----- O PAN fiscalizava as obras que estavam a ser executadas pela Junta de Freguesia e tinha encontrado deficiências nalgumas delas, tendo enviado para o Executivo as deficiências que encontrou com o objetivo de serem corrigidas e não com o objetivo de denegrir funcionário algum. A denegrir alguém seria o empreiteiro que estava executar as obras e não os funcionários da Junta. -----

A
D

----- Uma coisa que seria boa, que era estarem a analisar o que estava a ser executado, o Executivo nesse ponto devia... estavam a ajudar o trabalho do Executivo. Não tinha enviado esses dados para a comunicação social, nem sequer ia falar deles ali. O objetivo era informar aquilo que estava menos bem e se estava errado o Executivo diria que não tinha razão. Se o Executivo identificasse que tinha razão era agradecer por ter identificado o problema e não dizer que estava a denegrir os funcionários da Junta. Se estivesse errado agradecia que corrigissem e ficava muito contente.-----

----- Em relação aos ajustes diretos, não era já para falar do assunto mas teria que falar porque a Senhora Presidente voltou a falar sobre o assunto. A sua pergunta era qual o aspeto que foi selecionado do critério material para fazer as adjudicações que foram feitas. O critério material tinha que ter regras específicas, só podia adjudicar por critério material uma obra de arte, não podia pedir que uma obra da Vasconcelos fosse corrigida ou alterada por um pintor de outra área qualquer, só podia adjudicar àquela pessoa porque foi ela que fez aquela obra de arte. -----

----- Gostava que lhe identificassem qual foi o ponto da legislação relativamente ao critério material que justificava uma prestação de serviços de ajuste direto de assessoria jurídica. À partida o sigilo não seria, porque o sigilo seria uma assessoria técnica específica num processo muito concreto e sigiloso, que não seria uma coisa que a Junta habitualmente tinha, mas agradecia que lhe explicassem. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que em relação aos chefes de divisão a Membro Fernanda Lacerda não teria ouvido que o concurso foi publicado em Diário da República no fim de agosto, apesar de remetido logo após aprovação do júri em sede de Assembleia de Freguesia, e que o mesmo estava em tramitação e de momento em fase de apreciação de candidaturas. Tinha já dado essa informação.-----

----- Sobre o espaço público, os semáforos da Jacinta Marto, agradecia ao PCP se quisesse ajudar a escrever também. O e-mail do Vereador era miguel.gaspar@cm-lisboa.pt e agradecia que quando enviassem a informação também o pusessem em conhecimento. Sempre era mais uma voz, era mais uma denúncia e agradecia que qualquer partido o fizesse porque ajudavam também a que essa situação fosse resolvida.

----- Não podia mudar os semáforos, não podia fazer alterações, só a Câmara o podia fazer. -----

----- Em relação aos espaços verdes, queria agradecer as palavras agradáveis sobre o jardim Cesário Verde. Já tinham feito o mesmo tipo de trabalho dois anos antes no jardim Campo Mártires da Pátria. Uma das coisas que se fazia era as pessoas poderem usufruir dos jardins sem perigos, pondo calçada portuguesa e pondo também pedra de calcário e granito de forma às pessoas não escorregarem. Também o aproveitamento das águas para as terras.-----

----- Tinha uma reunião com o Vereador Sá Fernandes na próxima quarta-feira sobre o jardim Constantino e os outros jardins. Era uma arte que não queriam perder, a arte pública de intervenção com os cantoneiros de ótima qualidade. Tinha recebido de muita gente louvores por a Junta de Freguesia de Arroios estar a fazer esse trabalho nos jardins da Freguesia.-----

----- Pedira à CML para fazer o mesmo tipo de intervenção no passeio à volta do Mercado de Arroios, que tivesse a ver com o mercado mas também com essa arte pública extremamente importante e que estava muito esquecida na cidade. -----

----- A ciclovia era um assunto ainda pendente, ainda em negociação com a Câmara Municipal. Tiveram várias reuniões mas até ao momento não havia mais nenhuma resposta, esperava-se que a Câmara Municipal respondesse sobre a ciclovia. -----

[Handwritten initials and marks]

----- Nos mercados os pagamentos pareciam estar mais ou menos em ordem, simplesmente houve alturas em que as lojas estiveram fechadas e num período de três meses não pagaram as rendas devido à pandemia. -----

----- **O Vogal do Executivo José Eduardo Matos** agradeceu a todos as questões colocadas, pelo trabalho e empenho. Sabiam que estar numa hora dessas a discutir Arroios era também uma missão que todos abraçavam, apesar de poderem ter visões sobre a vida e a Freguesia nem sempre iguais, mas para si era sempre um prazer ouvir as questões e tentar a resposta o mais enquadrada possível, ou quando não havia tentar-se procurar a solução. -----

----- Sabia que o Orçamento era o ponto seguinte mas adiantava que um dos aspetos realçados e bem pela Membro Fernanda Lacerda era o grau de execução, nomeadamente o da despesa, que se devia essencialmente ao facto da execução dos CDCs estar ainda a decorrer durante o mês de dezembro. -----

----- Os dados eram referentes a meados de novembro e a execução estava subestimada, tendo em conta aquilo que era a execução à data atual. Quando olhavam para essas peças deviam ter sempre isso em atenção. Sabia que a Membro Fernanda Lacerda tinha, mas para todo o auditório ter em atenção que elas diziam respeito à fotografia num período de tempo até novembro. Desse momento até ao presente dia a execução já era maior e seria maior também no futuro. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que não era significativamente. -----

----- **O Vogal do Executivo José Eduardo Matos** disse que isso era discutível mas agradecia o comentário. Não podia dizer que não porque era discutível. -----

----- A intenção era executar os CDCs no mais breve trecho e até podia dizer que o Executivo tinha aprovado... -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que eram das poucas Juntas que iriam cumprir todos os CDCs propostos pela Câmara Municipal. Os concursos tinham que ser cumpridos até dia 31 de dezembro e eram das poucas Juntas que tinham isso feito. -----

----- **O Vogal do Executivo José Eduardo Matos** disse que a execução já era maior do que ali estava. Tratava-se de despesa de capital, investimentos que muitas vezes tinham a ver com obras e que demoravam o seu tempo. -----

----- Em relação à questão do Membro António Valente, não lhe parecia uma questão que tivessem que alimentar vezes sem conta. Podiam passar a noite toda a discutir sobre esses critérios, sobre o ajuste direto e a contratação pública, porque havia efetivamente muito para dizer. Sabia que era um tema muito caro ao Membro António Valente, porventura mais do que no seu caso porque os conhecimentos da matéria não eram muitos, mas os critérios materiais eram no fundo a confiança que o Executivo tinha no trabalho da Doutora Lúcia Gomes e nas qualidades da pessoa em questão, nomeadamente a lealdade pela qual tinha pautado o seu trabalho em prol da Freguesia e em prol do Executivo. -----

----- Gostava de clarificar que a Doutora Lúcia Gomes estava alocada ao apoio aos órgãos. A sua contratação teve como objetivo suprimir uma lacuna na área de assessoria ao Executivo e não de serviços jurídicos. Para isso tinham outra pessoa. Era uma informação que podiam fornecer e que devia ser do conhecimento. -----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho,** disse que tinha com a Membro Fernanda Lacerda uma longa tradição de leitura, análise e correção de atas, trabalho que foi desenvolvido quase que em colaboração quando era Primeiro Secretário da Assembleia de Freguesia. Percebia a preocupação relativamente à questão da publicação das atas no site da Junta de Freguesia. -----

----- Estava preocupado com essa questão e atento e podia informar que a última ata online no site era de dia 3 de dezembro, a Ata nº 29. Existia contudo a Ata nº 25 do mês

[Handwritten marks: a large 'A' and a signature]

de outubro que teve um lapso, do qual só teve conhecimento pouco tempo antes e que iria ser corrigida, novamente assinada por todos os Membros do Executivo e colocada online muito em breve. -----

----- A Ata de 3 de dezembro era a última que estava no site da Junta, nas outras atas referentes ao mês de dezembro estavam a ser recolhidas as assinaturas dos Membros do Executivo. Nem todos iam diariamente ou semanalmente às instalações da sede e só depois das atas estarem lidas por si, corrigidas por si, eram entregues aos restantes Membros do Executivo, mas esperava que as atas do mês de dezembro em falta, Ata nº 30 para a frente, estivessem também muito em breve no site da Junta. -----

----- **O Vogal do Executivo José Eduardo Matos** disse que tinha esquecido de referir uma questão. De facto tinha havido uma inundação de dimensões bastante grandes devido a rebenfamento, a água estava a correr para dentro das obras a decorrer no metro de Arroios e havia a hipótese de irem desaguar à linha do metro. -----

----- A equipa do RSB e a técnica da Junta foram averiguar se a água tinha ou não atingido a linha porque se assim fosse podia haver paragem do metro. Apesar de não parar na estação de Arroios o combóio circulava por ali, mas felizmente verificou-se que a água estava a ir para outro lado e a situação ficou sanada umas horas depois com a intervenção das entidades competentes. -----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** disse que tinha gostado muito de ler a Informação Escrita. Já tinham falado antes que por vezes bastavam pequenos pormenores para quem não estava dentro dos trabalhos diretamente, dava muito trabalho mas depois ganhavam mais na discussão, se calhar não tinham que fazer tantas perguntas. Já que tinham criticado no passado, havia que valorizar a forma como foi apresentado o documento. --

----- Na página 12, contratação pública, a pergunta era se os concursos lançados na área da vigilância e segurança humana abrangiam os jardins da Freguesia ou pelo menos os de maior dimensão onde tinham ocorrido alguns desacatos. Era o exemplo de alguns cidadãos que por vezes usavam a própria cabine de leitura para esconder álcool. Tinha havido agressões e insultos, principalmente no Campo Mártires da Pátria. Isso só para explicar a necessidade de alguém com autoridade no campo da segurança para além da PSP, que nem sempre estava disponível. -----

----- Para além desses problemas também podiam falar da própria salvaguarda das infraestruturas imobiliárias da Freguesia, segurança dos animais e o bem estar e integridade de quem usufruía desse espaço tão importante para o lazer e para a sanidade mental na altura que viviam. -----

----- Aproveitava para reforçar a importância de uma esquadra na Freguesia de Arroios. Como era opinião geral da Assembleia, era inconcebível numa mega-Freguesia como Arroios e com as suas características. Perguntou se previam entrada de efetivos para a Freguesia, se 2021 seria um ano de boas novas. -----

----- Na página 47 das Grandes Opções do Plano dizia-se que “irão defender a existência de uma esquadra da PSP em Arroios”. Era vago, teriam mesmo que lutar todos, uma luta conjunta porque estava difícil. -----

----- Na ação social e saúde, na página 17, “valorizar de uma forma geral o trabalho feito nesta área”, não podiam deixar de o fazer. -----

----- Promoção cultural, na página 41 em relação à Biblioteca de São Lázaro, perguntou se com a redução de pessoal devido à pandemia e apesar de menos afluência continuava a haver capacidade logística de recursos humanos e de espaços para a quantidade de doações que muito valorizavam e se fisicamente o espaço continuava a comportar as heranças. -----

----- Não podia deixar de valorizar a criação de um espaço LGBT, apesar de pequeno, e valorizar também todas as outras parcerias criadas. -----

D
A

----- Na página 42, “Línguas para todos – cursos de línguas”, perguntou se apesar de ser integrado no orçamento participativo poderia ser também introduzida a aprendizagem de língua gestual portuguesa. -----

----- No desporto, “reuniões e contactos com a Academia Militar e CML para reabertura em segurança das piscinas”. Perguntou se havia alguma conclusão, algum prazo, alguma luz ao fundo do túnel. No seu caso precisava muito voltar para a piscina. -----

----- Na página 45, “circuito de manutenção, ginásio ao ar livre”, pecava por demora. Inclusivamente o freguês José Silva tinha levado diversas vezes esse assunto. -----

----- Página 53, “propostas de intervenção no espaço público”, também achava que o pavimento do Cesário Verde ficou muito bonito. Na requalificação do centro logístico Braancamp Freire – Campo Mártires da Pátria, não eram técnicas, não iam “chover no molhado”. Foi o partido que pediu esclarecimentos e foram dados alguns, a única coisa que esperavam era que se tivesse atenção como se faziam as coisas. -----

----- Não era segredo para ninguém que o desenho do projeto foi entregue aos engenheiros mas que tinha ligação com o parque canino que lhe era caro. Viu a degradação daquele espaço, era o ex-libris e estava um descalabro. Tinham que pedir responsabilidades às pessoas quando se adjudicava, era um espaço qualificado, um jardim que ainda podia ficar mais bonito, mas exigissem responsabilidades a quem fazia os projetos. -----

----- Perguntou o que iria acontecer às mesas de jogos. Seria bom até no ponto do desporto promover jogos de tabuleiro. -----

----- Perguntou em que consistia o lote 7 na Rua Cruz da Carreira. Aquela rua já tinha muito mobiliário urbano e existia pelo menos uma pessoa com mobilidade muito reduzida. -----

----- A Travessa Gaspar Trigo, finalmente a lixeira a céu aberto passou para o outro lado mas a obra estava bonita. As escadas estavam como deviam ser, sem arrumos de lixo. -----

----- A Rua Nova do Colégio e a Travessa Nova do Colégio já tiveram baias de uma obra que supostamente ia ser efetuada mas não via isso em lado nenhum. Era um local com muita necessidade de obra. -----

----- Disse que a higiene urbana nunca seria satisfatória enquanto não se acabasse com o saco do lixo no passeio, nem para os utentes nem para os trabalhadores. -----

----- Pediu que as diferentes forças políticas tivessem também um espaço para oposição, ou pelo menos os contactos para as pessoas que os quisessem contactar, nem que fosse nos editais. -----

----- Tinha ficado um pouco desgostosa porque em relação ao brasão tirou-se um bocadinho o brilho, parecia que a comissão foi só criada para ajudar a Assembleia. Deixassem ficar na História a comissão de heráldica que proporcionou o brasão. Depois queria saber quem foi que escreveu o texto no jornal. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que a algumas situações responderia por escrito. -----

----- Sobre a vigilância, era uma vigilância interna, não tinha a ver com vigilância nos jardins. Isso era uma coisa da competência da PSP e da Polícia Municipal. -----

----- Quanto às bibliotecas iria escrever os espaços mas tinham que fazer uma escolha do que entregavam. Além da biblioteca tinham a sala de leitura Clodomiro Alvarenga e também a disponibilidade de livros que recebiam no Campo Mártires da Pátria, para as pessoas levarem e lerem. -----

----- Em relação à piscina, estavam à espera do plano de segurança da Academia Militar. Na piscina dos Anjos estavam à espera que a obra acabasse em abril de 2021. -----

----- A qualificação do espaço no jardim Campo Mártires da Pátria, não era a empresa que fez o projeto que iria construir, era um concurso público. Completamente diferente

RK
A
A

do parque canino, que também teria que ser revisto a nível do planeamento da terra. Eles não tinham culpa nenhuma da situação da terra e teria que ser a Junta a rever essa situação. -----

----- A obra seria completamente paga pela CML e estava aprovada pelo departamento de urbanismo da Câmara. Era a requalificação de um espaço que estava nojento e que já muitos anos antes devia ter sido requalificado. A única coisa que se ia manter igual eram as casas-de-banho públicas. -----

----- **O Vogal do Executivo António Serzedelo Marques** começou por dizer que a Biblioteca de São Lázaro sofria de espaço. Tinha uma série de livros muito bons, muito grande, mas já não cabia lá nada. Lutavam com essa falta de espaço mas não via que fosse possível lá alargar mais, o edifício tinha uma contingência de espaço e só se construíssem para os lados ou para cima. Não era engenheiro e não sabia, mas de qualquer forma destruiriam uma obra de 1892 ou 1893. -----

----- Estavam a receber muitas doações justamente porque a Junta de Freguesia tinha credibilidade, mas havia um problema de doações muito valiosas de pessoas que estiveram no funcionalismo público em grandes cargos e que pela sua idade queriam doar a alguma instituição que os pudesse guardar ou pelo menos utilizar. Os livros não eram para estar em estantes e sim para serem lidos, mas tinham essa dificuldade. -----

----- Por outro lado resolvera-se, por instruções da Senhora Presidente, criar a biblioteca pública do Norte de Africa e Ásia Ocidental, que acabava de receber uma proposta de protocolo com o Instituto Camões. Ajudaria a traduzir as grandes obras portuguesas para essas diversas línguas de vários países e grandes obras deles para a Língua Portuguesa. -----

----- Falou-se com várias embaixadas e todas acharam o projeto muito bom, alguns dizendo mesmo maravilhoso e prometeram apoiar mesmo ao nível dos seus governos. --

----- Havia já uma promessa da CML em apoiar ao mesmo tempo que o Instituto Camões e depois de terem esses dois apoios passariam para o Ministério dos Negócios Estrangeiros e distribuir pelas embaixadas de Portugal nessas áreas a publicidade necessária para que chegasse às universidades, às escolas, aos governos desses países. --

----- Iriam pedir uma reunião com a Senhora Secretária de Estado para a Integração das Migrações de forma a incluir a biblioteca no plano estratégico para as migrações e que fosse uma voz a integrar os migrantes desses países, a lançar pontos de cultura entre os diferentes povos. -----

----- Entendia-se que era uma forma moderna e diferente, compatível com a situação que enfrentavam e teriam que enfrentar no pós vírus, para criar pontos com esses diferentes povos e mostrar a grandeza de Portugal no plano humano, no plano cultural e no plano literário com povos com quem já houve, nos séculos XVI e XVII, grandes laços de amizade e de cultura. Deixou nas línguas deles palavras em Português e eles deixaram palavras na Língua Portuguesa. -----

----- Era esse o projeto que estavam a trabalhar e a defender e não podia deixar de referir a presença da Professora Maria João Tomás que o orientava em algumas coisas junto de algumas embaixadas. Já tinham visitado muitas e todos eles disseram que era um projeto muito bom e que iriam apoiar, com os protocolos necessários para garantir junto dos governos que eles podiam ajudar. -----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** disse que então iriam ter um orçamento maior para a cultura. -----

----- **O Vogal do Executivo António Serzedelo Marques** disse que isso não garantia. O que podia garantir era que iriam concorrer aos concursos dessas instituições para ganhar esse orçamento. -----

RK
A
A

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** começou por dizer que a Informação Escrita estava mais elaborada e também lhe aprazia registar a intervenção da Senhora Presidente, explicando e apresentando a sua Informação Escrita. Uma coisa de que já tinham saudades porque habitualmente dizia para que se fizessem perguntas, mas era função do Executivo e da Presidente apresentar à Assembleia o seu trabalho e, portanto, queria saudar a intervenção da Senhora Presidente por esse mesmo motivo. -----

----- Antes de ir à Informação Escrita queria alertar para dois ou três aspetos. O primeiro era perguntar no que dizia respeito ao site, quando se falava das atas lá disponibilizadas, se eram as atas em minuta ou as atas. -----

----- Segundo, parecia-lhe que havia a intenção em relação a uma ata já publicitada, de a substituir. Atenção ao que dizia a Lei sobre isso porque a ata não podia ser substituída. Podia ter anotações posteriores e ser referida numa ata subsequente a anotação desses erros, ficando como uma anotação. Uma ata não podia ser substituída por outra em termos administrativos, ela já estava em vigor. -----

----- Em relação à Morais Soares e à situação da rutura queria perguntar se foi apenas uma porque lhe pareceu que tinham sido duas ruturas, uma se calhar um pouco mais virulenta e outra menos. Tendo sido mais do que uma queria tentar perceber o que se estava a passar naquela área para ter acontecido isso. -----

----- Quanto aos jardins Cesário Verde e do Campo Mártires da Pátria, era de saudar o retorno da calçada portuguesa feita pelos calceteiros. Obviamente que não havia bela sem senão e, apesar de estar interessante e simpático, não deixara de anotar a indicação ali levada por um freguês de, quando estavam a calcetar uma determinada zona, também pensarem em função da zona. No jardim Cesário Verde porque não pensar também em algo que tivesse a ver até com a poesia do Cesário Verde? -----

----- Era uma nota para futuras intervenções, sem desmerecer aquilo que foi feito. Era um contributo. -----

----- Tinha ouvido a indicação do protocolo com o Instituto Camões e gostaria se alguém pudesse dar mais alguma informação sobre isso, se já foi assinado ou não e do que constava. -----

----- Passando à Informação Escrita, a dada altura era referido haver 164 trabalhadores em que não estavam incluídos os trabalhadores em mobilidade e queria perguntar quantos trabalhadores estavam em mobilidade e quanto tempo. Não ia perguntar em que entidades externas estavam em mobilidade, mas era só para ter a perceção de quantos lugares no quadro estariam ocupados com essa situação das mobilidades. -----

----- Quanto à contratação pública, na página 11, quando se falava entre 1 de setembro e 30 de novembro e se dizia o número de ajustes diretos simplificados, ajustes diretos em regime geral, consulta prévia, concurso público e o total, se calhar valia a pena aditar uma coisa que se calhar ajudaria a perceber e que era o valor agregado a cada uma dessas áreas. Perceberem o valor que estava no ajuste direto e o que estava nos três concursos públicos, se calhar percecionava-se logo o alcance dos concursos públicos no volume global dessa contratação. -----

----- Via no atendimento, página 13, que o pólo da Pena estava temporariamente encerrado. Se calhar já tinham dado esse esclarecimento mas não se recordava e pretendia saber a razão de estar na zona da antiga Freguesia da Pena encerrado o espaço de atendimento. -----

----- Nas páginas 20 e 21 aparecia duas vezes “Arroios Arranja” e não sabia se era o mesmo projeto ou se eram coisas diferentes, embora houvesse duas descrições diferentes com o mesmo título. -----

----- Na página 25, fundo de emergência social – agregados familiares, foram prestados no quarto trimestre um total de oito apoios financeiros. Perguntou se era extra

A
A

Regulamento do FES-Covid 19 e, se assim era, saber ao abrigo de que regulamento e com que montantes globais. -----

----- Página 35, saber se a componente de apoio à família ali referida era no âmbito dos protocolos celebrados com o Município. -----

----- Na página 42 a informação complementar no âmbito da toponímia, as doze placas que seriam feitas, perguntou a que arruamentos diziam respeito e que tipo de informação seria colocada.-----

----- Na página 57, quando se falava em relação ao pedido de ocupação temporária do espaço público para iniciativas com o apoio da Junta de Freguesia, tais como o mercado do bairro, feiras alfarrabistas, “Chapéus da Rua”, perguntava em que datas e que tipo de apoios estavam a falar. -----

----- Quanto à ciclovia da Almirante Reis, saber se já havia mais alguma evolução para que acabasse esse tipo de situação anómala que não deixava as pessoas circular nessa zona da cidade. Não estava contra as ciclovias mas pretendia que não estrangulasse essa zona da cidade. -----

----- Agradeceu a informação financeira, verificando-se que tanto em sede de receita como de despesa estavam com taxas de execução muito baixas. -----

----- Na página 10, no resumo da despesa, eram referidos cabimentos de 3.169,85 euros em sede de juros e outros encargos e gostaria de saber a que se referia, assim como outras despesas correntes no valor de 39.246,47 euros. -----

----- Era dito que havia um montante de 91,80 euros para além dos noventa dias e, dado ser um montante tão irrisório, perguntava a razão disso estar para além dos noventa dias e colocando a Freguesia em situação de ultrapassagem do prazo e passando a situação de Freguesia moratória por 91,80 euros. Com certeza devia haver alguma explicação e era só isso que queria saber. -----

----- Ainda na página 16, em sede de orgânica do apoio aos órgãos e institucional, tanto em dotação corrigida como em despesa, como em grau de execução, eram zero por cento. Não sabia se isso era uma forma de perceberem o apoio aos órgãos da Freguesia ou se tinha outra explicação.-----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho**, referiu que a ata em falta de outubro nunca esteve online, seria colocada pela primeira vez assim que estivesse devidamente corrigida. -----

----- Relativamente a se as atas no site eram as descritivas ou em minuta, eram ambas. O atraso de umas e de outras era o mesmo. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que na Morais Soares tinha havido duas ruturas. Tinha a ver com o facto de ser uma zona de rios e na altura das chuvas aconteciam problemas que tinham que ser resolvidos pela própria Câmara Municipal. Nesse ano houve muitas chuvas e muitos problemas desses. -----

----- Sobre o protocolo com o Instituto Camões, ele ainda não tinha sido assinado e iria à próxima Assembleia. -----

----- Em relação à contratação pública agradecia o apoio e informação, na próxima iriam agregar por áreas.-----

----- A repetição do “Arroios Arranja” tinha sido um lapso pelo qual pedia desculpa. ----

----- Quanto ao apoio logístico que davam aos eventos, era a publicação nas redes sociais, era dar o espaço para que as pessoas pudessem ter o licenciamento normalmente temporário para eventos culturais, era a montagem desses mesmos espaços.-----

----- Quanto à dívida de 91 euros, eram os Membros da Assembleia que não levantavam as verbas das senhas de presença por falta de NIB. Agradecia que enviassem o NIB, para não haver depois problemas de futuro.-----

A
A

----- Ponto 5 – Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos para 2021;-----

----- O Vogal do Executivo José Eduardo Matos disse que infelizmente, por razões de saúde, o Senhor Tesoureiro não conseguia estar presente, nem presencialmente nem através de videoconferência. Portanto, cabia-lhe ler o texto que ele preparou e que acompanhava e introduzia o ponto 5: -----

----- *“Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, excelentíssimos Senhores Secretários da Mesa, excelentíssima Senhora Presidente e caros colegas Membros do Executivo, caros eleitos locais, caros funcionários, caro público. -----*

----- *2020 foi um ano de inúmeros desafios, vivemos tempos muito particulares. O mundo confronta-se com uma pandemia, o coronavírus. É uma batalha pela sobrevivência que nos convoca enquanto seres humanos à maior responsabilidade no cumprimento das orientações das autoridades de saúde, mas também à solidariedade, porque é uma batalha de todos. Não será vencida se não agirmos como comunidade, olhando para o lado, para os mais vulneráveis, para quem necessita de coisas tão simples como fruta, leite, pão, medicamentos e não pode sair de casa. -----*

----- *A Junta de Freguesia de Arroios desde o primeiro momento tentou e tenta estar à altura, dotando-se internamente de todos os meios de proteção dos seus trabalhadores, informando, formando, garantindo todas as medidas de limpeza e desinfeção das instalações, disponibilizando os meios de saúde e segurança, tomando as medidas que permitem um ambiente seguro para todos, mas também medidas de apoio e solidariedade com os seus fregueses neste momento complicado, privilegiando os mais vulneráveis, os idosos, as pessoas com incapacidades, doenças crónicas, com deficiências, mobilidade reduzido ou em isolamento profilático. -----*

----- *Temos equipas ao dispor para ir às compras, à farmácia, para o atendimento social e acompanhamento. Continuamos o atendimento, estamos sempre ligados e prontos a informar e a ajudar, ao dispor de todos e ao lado de todos. -----*

----- *Centenas dos nossos trabalhadores continuaram todos os dias a lavar as ruas, a apanhar o lixo, a emitir documentação aos cidadãos, a garantir a alimentação de mais de 400 agregados familiares, a levar cabazes alimentares de emergência a mais de 300 pessoas, a acompanhar psicologicamente centenas de pessoas, a distribuir refeições todos os dias, a garantir alojamento de pessoas infetadas pelo Covid 19 sem condições de isolamento, a distribuir máscaras, a contactar com comerciantes da Freguesia e a distribuir folhetos informativos multilingues, a assegurar as compras a dezenas de cidadãos com mais de 60 anos com doenças crónicas ou que por algum motivo não têm condições de sair de casa, a assegurar a entrega de medicamentos, a assegurar as intervenções e obras no espaço público para melhorar a mobilidade dos cidadãos, a garantir a limpeza dos espaços verdes, a garantir também o apoio alimentar e sanitário aos requerentes de asilo residentes na nossa Freguesia, a garantir que os serviços administrativos centrais nunca pararam. -----*

----- *Foi também o ano em que concluímos a contratação com direitos de mais 55 trabalhadores na área da higiene urbana, promovendo a estabilidade mesmo em tempos tão conturbados como os que vivemos. O Mapa de Pessoal para 2021 reflete precisamente esta realidade, na medida em que existe um aumento significativo dos lugares ocupados, numa política também de valorização na carreira com a abertura de lugares para encarregados operacionais e encarregados gerais operacionais. -----*

----- *Um dos outros eixos fundamentais da política de pessoal é o ajustamento do mapa às necessidades reais, com o objetivo de abertura de procedimentos concursais comuns para preenchimento das vagas existentes ou através do recurso à mobilidade na administração pública. -----*

[Handwritten marks: a large scribble and the letter 'A' in two places]

----- Prevê-se a conclusão em 2021 dos procedimentos concursais para cargos dirigentes intermédios de segundo grau, chefes de divisão, para as quatro divisões da Junta de Freguesia. -----

----- Em suma, no que toca a recursos humanos consolida-se aquele que foi um investimento considerável no cumprimento de uma promessa deste Executivo, o combate à precariedade, a consolidação dos vínculos, o reforço do Mapa de Pessoal na higiene urbana. Conseguimos de forma evidente reduzir a precariedade, mesmo num quadro em que as dificuldades orçamentais no âmbito das autarquias são conhecidas e continuam sem resposta do poder central. -----

----- O Executivo prosseguirá o seu objetivo de eliminar todos os vínculos precários de acordo com o orçamento disponível, atendendo a que 3,5 milhões de euros são destinados a despesas fixas com pessoal do mapa, num orçamento total de cerca de 8 milhões de euros que incluem as verbas transferidas via contratos de delegação de competências e que são montantes consignados exclusivamente para os objetivos contratualizados, num montante de cerca de 3,3 milhões de euros. A sua maioria para obras no espaço público. -----

----- Ou seja, cerca de 75% do Orçamento resultante das receitas próprias da Junta é destinado ao pessoal do mapa. -----

----- Também o investimento no espaço público e mobilidade é um dos eixos centrais da ação do Executivo. A celebração de contratos de delegação de competências com a Câmara Municipal foram um meio imprescindível para a obtenção de fundos para a requalificação e a melhoria do espaço público. -----

----- Salientamos as dezenas de obras previstas nos passeios com inclinação acentuada, permitindo mobilidade segura e confortável aos fregueses de Arroios e estando planeadas 18 intervenções das quais destacamos: -----

----- Praça das Novas Nações - renaturalização e ampliação da área permeável e plantação de arvoredo; Novo posto de higiene urbana à Rua do Sá; Largo do Mastro – repavimentação e regularização de estacionamento, melhoria do percurso pedonal; Rua de Arroios – regularização do estacionamento, introdução de arvoredo, ampliação de passeios; Jardim Maria de Lurdes Pintasilgo – melhoria do pavimento, pendentes e drenagens, introdução de novo mobiliário; Bairro da Pena, Pátio da Moca – melhoria da acessibilidade, drenagens e pendentes; Calçada de Santana – eliminação de ressaltos e ampliação do espaço pedonal. -----

----- Todas estas obras totalizam um investimento de cerca de 2,2 milhões de euros, resultantes da transferência de verbas dos CDCs. Continuaremos ainda empenhados em encontrar uma estratégia integrada de resposta às causas multifatoriais que levam à situação de sem-abrigo, responsabilidade que tem recaído sempre na esfera da Junta de Freguesia apesar de firme e persistentemente insistirmos junto do pelouro dos direitos sociais da Câmara Municipal no sentido deste grave problema ser assumido definitivamente como uma prioridade por parte de quem tem responsabilidades nesta área. É uma questão de dignidade humana básica, uma questão determinante para a Freguesia e para o Município. -----

----- Em termos sociais continuaremos com todos os projetos criados para dar resposta à situação pandémica, nomeadamente o “Não saia de casa”, apostando ainda em políticas sociais inovadoras como é o projeto... e que prevê ser um projeto social piloto de apoio a refugiados e requerentes de asilo na nossa Freguesia. -----

----- Saliento que o trabalho incansável da equipa de apoio social, nomeadamente com o apoio a requerentes de asilo, o alojamento de pessoas sem condições para isolamento após a infeção Covid 19, foi alvo de elogios nacionais e internacionais, demonstrando

bem que o investimento e a política social de integração e acompanhamento deste Executivo não deixam ninguém para trás. -----

----- Em matéria de dinamização do comércio local, através do contrato de delegação de competências sobre o qual esta Assembleia se pronunciará será possível a requalificação e melhoria de várias zonas do Mercado 31 de Janeiro, permitindo melhores condições para comerciantes e utentes. Também no Mercado de Arroios estamos a desenvolver parcerias com os comerciantes para alargar a zona de esplanadas. -----

----- Internamente prosseguimos no justo combate a todas as formas de precariedade, abrindo procedimentos concursais comuns para o ingresso dos trabalhadores, com o reconhecido esforço na secção higiene urbana e no espaço público, garantindo a contratação com direitos e o reforço do mapa de pessoal. -----

----- Continuaremos o investimento em meios técnicos para dar as melhores condições de trabalho e reforçaremos a aposta na formação profissional, na perspetiva do desenvolvimento de competências ao longo da vida” -----

*----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que a intervenção do Membro do Executivo, que agradecia, estava muito desenvolvida à volta de todo o executado durante o ano de 2020. Depois, pelas Grandes Opções do Plano que foram entregues, considerava ser um Orçamento de continuidade e manutenção. -----*

----- Apresentou-se ao Executivo, de acordo com o artigo 5º do estatuto do direito de oposição, aquilo que gostariam de ver refletido no Orçamento para 2021. Passaria a ler, por forma a ficar em ata: -----

“----- De acordo com o art. 5º do Estatuto do Direito de Oposição, Lei n.º 24/98, de 26 de Maio, recebemos pré-proposta das Grandes Opções do Plano 2021, que agradecemos. Constituindo instrumento de política económica e social, deveria contribuir para dar uma melhor e maior resposta às necessidades da população, ficando além do que poderia e seria desejável. Após leitura, por pertinentes, pomos as seguintes questões: -----

----- Para 2021, no mapa dos Recursos Humanos deixa de constar os prestadores de serviços. Qual a razão? -----

----- Para quando a abertura do Polo da Pena? -----

----- Para o Atendimento aos Cidadãos não consta dos objectivos a abertura de um procedimento concursal. Então como se pretende fazer o Reforço do Pessoal na Secção de Relação com o Cidadão? -----

----- Comunicação e Imagem não refere as medidas que devem ser tomadas para, atempadamente, os documentos serem publicados. -----

----- Nos quarenta e seis anos após o 25 de Abril, Portugal passou por graves períodos de recessão com efeitos económicos e sociais devastadores para o Povo. As expectativas económicas para 2020, não se previam muito diferentes das de 2019, eis senão quando, desde Março, uma crise sanitária mundial provocada pela pandemia do COVID-19 assolou o país, mais de 332 mil infectados e 5100 mortos e danos económicos e sociais graves na vida das pessoas e das organizações, danos que se vão prolongar em 2021 e 2022. Reverter esta situação, para uns, depende da vacina, para outros, também daquilo que o Governo esteja disposto a defender, garantindo um SNS forte e eficaz, políticas económicas e sociais que defendam os direitos dos trabalhadores, dos pequenos e médios empresários e das minorias mais desfavorecidas.

----- Neste contexto, mais se justifica o papel das Juntas de Freguesia junto das comunidades, cabendo à Junta de Freguesia de Arroios, dentro das suas atribuições e competências, mais que dar continuidade ao seu desempenho, deve contribuir para a solução dos problemas, defendendo políticas que melhorem a qualidade de vida dos

moradores e comerciantes e de todos os que trabalham ou se deslocam na freguesia, desafios que as Grandes Opções do Plano apresentado pelo executivo para 2021, consideramos não contemplar, ficando-se por uma gestão de manutenção e continuidade.-----

---- O ano 2021 vai exigir de todos uma capacidade de resistência e combate, na defesa do SNS, da escola pública, da cultura, do comércio local, das associações e atentos aos efeitos causadas pela pandemia, na saúde: física e mental, na economia: emprego, habitação, educação, cabendo ao executivo nas diversas áreas funcionais: ---

---- Recursos Humanos:-----

---- Concretização da abertura, em 2021, de procedimentos concursais para admissão de novos quadros e regularização dos contratos de cariz permanente a recibo verde; ---

---- Abertura, em 2021, para admissão de novos quadros e regularização dos contratos de cariz permanente a recibo verde, de um ou mais concursos públicos. -----

---- Continuar a proporcionar boas condições de trabalho a todos os trabalhadores da Junta de Freguesia, nomeadamente ao nível de instalações, dos meios e ferramentas adequados ao exercício das suas funções de trabalho, presencial como em teletrabalho com garantia de defesa dos seus direitos;-----

---- Transportes e Acessibilidades: -----

---- O acompanhamento das obras da estação do Metro em Arroios referido nas GOP, deve ser feito com regularidade e informar os membros da Assembleia do seu andamento e cumprimento dos prazos; -----

---- Resolução das acessibilidades nas estações dos Anjos e Intendente; -----

---- Exigir carreira de autocarros alternativa substituindo o encerramento da estação de Arroios e “tão” prometida;-----

---- Exigir mais carreiras de autocarro, alargamento de horários e a concretização de uma alternativa de transporte que sirva a Rua Damasceno Monteiro;-----

---- Melhorar o estacionamento, acessibilidades e pôr sinais sonoros nas passagens de peões; -----

---- Habitação:-----

---- Revogação da Lei do arrendamento 31/2012 considerando que as alterações à Lei não são suficientes e as consequências económicas geradas pela pandemia do COVID-19 vem agravar os, já existentes, problemas com a habitação devendo merecer reflexão sobre a falta de políticas em sua defesa;-----

---- Saúde e Acção Social: -----

---- A situação sanitária (COVID-19) requer manter e reforçar dentro do possível os apoios dos e com os organismos governamentais e criar parcerias; -----

---- A logística para vacinação contra o COVID-19 vai exigir dos Centros de Saúde um reforço dos recursos humanos e condições dignas, organizadas e competentes que deve ser acompanhado pelo executivo; -----

---- Continuar atentos ao projecto denominado “Colina de Santana” que abrange os hospitais de S. José, Santa Marta, Capuchos e Dona Estefânia no sentido em que a solução encontrada satisfaça os interesses e necessidades da população e salvaguarde o património existente;-----

---- Acompanhar o projecto anunciado pelo Governo para o ex-hospital Miguel Bombarda, dando atenção a tudo o que possa a vir lesar a população informando sobre o andamento dos projectos; -----

---- Estudo para a criação de um complexo “Residência Sénior” com várias valências que venha dar resposta às necessidades da população resultantes do envelhecimento, isolamento e/ou doenças; -----

---- Educação e Desporto: -----

----- Cumprindo as exigências da DGS, após o final das obras na piscina, devem, de imediato, dar início às actividades, se possível antes do ano lectivo 2021/2022; -----
----- Defender a necessidade da construção na freguesia de mais Creches, Jardins-de-infância, escolas básicas do 1.º e 2.º ciclo; -----
----- Acompanhar as obras de reabilitação da Escola Secundária de Camões; -----
----- Apoiar e estabelecer parcerias com Associações culturais, desportivas e sociais; --
----- Exigir mais auxiliares de acção educativa nas escolas da Freguesia. -----
----- Segurança: -----
----- Defender a existência da uma Esquadra da PSP em Arroios; -----
----- Em complemento à melhoria da iluminação na freguesia exigir a garantia de mais policiamento eficiente e de proximidade; -----
----- Acompanhar, dentro das competências e das possibilidades, o fluxo imigratório, com procedimentos de controlo e inibidores de esquemas de imigração ilegal e tráfico humano; -----
----- Comissão de Freguesia de Arroios Partido Comunista Português -----
----- Lisboa, 10 de Dezembro de 2020. ----- ”
----- Continuando, disse que era aquilo que pensavam dever conter o Plano e o Orçamento. -----
----- Analisando o Orçamento verificava-se que as receitas correntes atingiam 99%, as despesas correntes 74% e as de capital 26%, cerca de 2.041.000 euros segundo o Orçamento. -----
----- Foi apresentado um Orçamento plurianual, para cinco anos, em conformidade com o SNC-AP para a administração pública e gostaria de ser informada quais os pressupostos que serviram de base na sua elaboração. -----
----- As despesas do pessoal no quadro representavam cerca de 31% e as despesas em regime de tarefa ou avença representavam cerca de 4%. Isso notava uma melhoria em relação ao Orçamento de 2020, o que era muito positivo mas queria que ainda melhorasse mais. Sabia que os serviços de tarefa e avença teriam que existir sempre porque havia actividades que eram pagas a recibo verde, mas queria que essa percentagem descesse. Sabia que ela poderia descer porque havia casos de serviços permanentes que deveriam estar integrados nos quadros de pessoal. -----
----- Verificava-se no mapa das actividades mais relevantes alguns dados como para a comunicação e imagem um custo de cerca de 94.000 euros. Só fazia essa referência porque depois via-se que houve outras actividades que deviam merecer melhor atenção e que lhes foram afetadas verbas muito inferiores. Por exemplo o bem estar animal com 3.000 euros, protecção civil com 22.000 euros, cultura e bibliotecas com 48.000 euros e o orçamento participativo com 53.000 euros. Essas actividades deviam, senão igual, ter um melhor orçamento. A comunicação e imagem tinha que existir mas não poderia estar acima da cultura e da protecção civil. -----
----- Como se tinha visto no dia anterior, infelizmente, com aquele acidente que aconteceu na Freguesia de Santo António, a explosão naquele edifício, por aí podiam verificar como era importante a protecção civil. -----
----- **Membro António Valente (PAN)** começou por dizer que a apresentação estava melhor, mais bem estruturada. -----
----- Relativamente à secção de recursos humanos era referido que em 2021 seriam concluídos os procedimentos concursais para provimento de cargos de direcção intermédia. Nesse ponto gostaria de ser esclarecido, nomeadamente em que fase do procedimento estavam os concursos e qual a data de previsão para a sua conclusão. -----
----- Ainda na mesma secção era referido que seriam abertos procedimentos concursais para colmatar necessidades específicas de serviços e regularizar eventuais situações de

Handwritten initials and marks in the top right corner.

vinculos indequados. Nesse ponto sugeria que fosse apresentada a lista dos concursos que estavam previstos lançar em 2021, pois só assim seria possível atribuir uma parcela do Orçamento para esses concursos com base no número de cargos e respetivas funções.

----- No seguimento da implementação do sistema de avaliação de desempenho, tendo em conta que era referido que foi atingido em 2020 o objetivo pretendido, seria importante apresentar a estrutura do processo de avaliação, mais precisamente quais as hierarquias... -----

----- Tendo em conta as situações verificadas na nomeação dos cargos de chefia e de divisão em 2020, alertava para o facto de algumas dessas avaliações poderem eventualmente ser inválidas. -----

----- Na secção de contratação pública não diria já tudo o que tinha para dizer, mas no documento era referido que se pretendia adquirir um módulo de contratação pública do software AIRC. Mais uma vez, surpreendentemente, era apresentada uma proposta de adjudicação de um serviço sem consulta ao mercado, a opção por ajuste direto. Portanto, a grande opção do plano para o controle dos limites dos ajustes diretos partia logo de um pressuposto errado com o início de um procedimento por ajuste direto. Nesse ponto sugeria que fosse elaborado um caderno de encargos que identificasse todas as necessidades da Junta de Freguesia nos processos do controlo dos limites do CCP, que integrações eram necessárias para outros sistemas, respetivos prazos de implementação e manutenção e carregamento e ligação de dados, para que no fim fosse elaborado no mínimo um procedimento de consulta prévia. -----

----- Achava ótimo esse ponto estar nas opções do plano, era uma boa ideia do Executivo e parabéns por o terem, mas era uma ferramenta que ia estar com o atual Executivo e com os próximos porque não se podia estar constantemente a mudar de ferramentas de controlo. Que pensassem muito bem naquilo que iam fazer, fizessem um estudo alargado de mercado. Se calhar já fizeram e estava a ser injusto, mas fazer um ajuste direto numa ferramenta de controlo nesse formato podia não ser a melhor opção.

----- Outro dos pontos era o atendimento aos cidadãos. A sua sugestão era para evitar deslocações presenciais aos pólos da Junta de Freguesia e com o objetivo de simplificar o processo de pagamento de taxas, serviços, etc., que as comunicações a enviar tivessem a identificação dos meios de pagamento alternativos como referências multibanco ou payshop, para evitar deslocamentos aos serviços da Junta. -----

----- Relativamente à ação social e saúde, podiam avaliar pelas ações apresentadas no documento em análise, contudo tendo em conta a crise económica e sanitária que estavam a viver mais pessoas iriam estar numa situação de fragilidade social e económica e consequentemente habitacional. -----

----- Em todo o documento não se encontrava uma única referência ao problema da habitação na Freguesia. Mais do que nunca era um problema grave e que devia estar obrigatoriamente no plano de ação da Junta de Freguesia de Arroios. Propunha a inclusão de medidas de apoio à problemática da habitação, nomeadamente no acompanhamento das soluções apresentadas pela CML e do próprio Executivo da Junta de Freguesia de Arroios em reuniões de Assembleia. -----

----- Passados vários anos algumas ainda não foram concretizadas. Referia por exemplo o projeto da venda acessível de imóveis localizados na Rua de São Lázaro. Sabia que não era uma competência da Junta de Freguesia, mas estava numa situação privilegiada de contacto com a Câmara Municipal. A população e a Assembleia podiam fazer alguma pressão mas esse trabalho da Junta era fundamental e, portanto, achava importante esse ponto nas GOP mas não encontrava. -----

----- Relativamente ao desporto, nesse ponto eram apresentadas algumas atividades físicas nas instalações desportivas da Academia Militar, no âmbito de um protocolo

estabelecido com a Junta de Freguesia de Arroios. As Opções do Plano estabeleciam manter as atividades na Academia Militar e alargar o protocolo para permitir o acesso da população à piscina e pista de atletismo. Esse ponto devia ser realçado no plano e que a Junta de Freguesia deveria reunir todos os esforços para atingir esse objetivo, pois esse tipo de instalações não estava acessível à maioria dos residentes na Freguesia. -----

----- Era uma ideia ótima, se conseguissem concretizá-la estavam de parabéns e seria muito bom para os fregueses todos. -----

----- Mobilidade urbana, aí gostaria de ter visto refletidos no programa os seguintes pontos: -----

----- Acompanhamento do processo de reestruturação da ciclovia na Avenida Almirante Reis. Era uma obra da Câmara mas muita proximidade da Junta seria fundamental. A Junta de Freguesia representava o povo que estava a morar na Freguesia e melhor do que ninguém sabia quais as reais necessidades dos fregueses. Portanto, embora não fosse uma competência da Junta, o trabalho da Junta nesse projeto podia ser fundamental, como em muitos outros. Quando se informava dessas necessidades mesmo sabendo que não era competência da Junta isso era um alerta porque estava numa situação privilegiada e a opinião da Junta era a opinião das populações e transmitir isso à CML era fundamental. Era importante esses pontos estarem nas GOP, assim como disponibilizar áreas para estacionamento de bicicletas. -----

----- Havia alguns pontos adicionais que não via refletidos e gostaria que estivessem refletidos, por exemplo obras de recuperação dos equipamentos e pavimentos do parque canino localizado no Campo Mártires da Pátria. Já tinha sido referido por alguns colegas que efetivamente aquilo precisava de uma intervenção, o pavimento estava em péssimas condições. Era importante que isso estivesse refletido nas Opções do Plano;---

----- A inclusão de um plano de vacinação gratuito dos animais de companhia, cães e gatos; -----

----- Um programa de distribuição de alimentos para animais de companhia de famílias carenciadas; -----

----- Repor a comemoração do Dia do Animal de Arroios era muito importante; -----

----- Acompanhamento das populações de gatos da Freguesia, promovendo campanhas de esterilização; -----

----- Efetuar o acompanhamento efetivo dos pombais contraceptivos. Isso foi no âmbito do orçamento participativo, um projeto da CML. Os pombais instalados no Campo Mártires da Pátria não estavam a funcionar, não estavam a ser acompanhados. Era uma instalação na área geográfica da Freguesia e pedia ao Executivo que fizesse todos os esforços para resolver esse problema. Não fazia sentido haver uma infraestrutura que foi instalada e que estava ao abandono, não estava ninguém a fazer a manutenção e não estava a ser utilizado. -----

----- Quando falava essas coisas não estava a apontar falhas do Executivo, muito pelo contrário, estava a pedir o apoio do Executivo para resolver esses problemas. Era essa a sua postura e do PAN, não era apontar o dedo às falhas, era dizer que não estava bem e que ajudassem a resolver. Melhor que ninguém era o Executivo que podia fazer. No seu caso fazia a sua parte dentro do possível e pedia a ajuda do Executivo também. -----

----- Por outro lado, no documento não era referido qualquer enfoque na execução de projetos no âmbito do orçamento participativo. Havia um valor mas não eram referidos quais os projetos. Deveria o documento apresentado para 2021 referir os projetos que eram executados no âmbito do orçamento participativo. -----

----- Relativamente à higiene urbana o total era de 556.000 euros mas em horas extraordinárias tinham 100.000 euros. Portanto, 15% do Orçamento era para horas

extraordinárias, parecia que provavelmente haveria falta de pessoal e teriam que contratar mais pessoas. Gostaria de ser esclarecido sobre isso. -----

----- Ficava muito entristecido porque em todo o Orçamento havia 3.000 euros para o apoio à causa animal, o que parecia francamente muito pouco. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** recordou que tinha perguntado quantas pessoas estavam em mobilidade e não foi respondido, mas via nas GOP para 2021 a indicação de uma unidade nova. Não sabia se isso era uma perspetiva para 2021, se esperavam ter nove pessoas em mobilidade ou se era a situação já atualmente existente.

----- As Grandes Opções do Plano que foram apresentadas, mais de metade eram uma espécie de relatório e contas do exercício de 2020. Esperava-se que um documento desses fosse mais perspetivo e prospetivo do que relatório e contas. Ainda assim estava bem elaborado. -----

----- A dada altura falava-se nos contributos da oposição e saudava o facto de aparecer pela primeira vez essa referência nas Grandes Opções do Plano. O que perguntava era, das propostas feitas pela oposição, quais foram consideradas pelo Executivo. Isso no sentido de perceber se valia a pena a oposição apresentar propostas, se eram consideradas ou não. -----

----- Era feita uma referência ao impacto negativo no âmbito da receita e a sua questão era qual a perspetiva que tinham em relação ao próximo ano. -----

----- Contratos de delegação de competências no espaço público e outros, o que perguntava era se efetivamente todos os contratos de delegação de competências e todos os protocolos tinham ido à Assembleia. -----

----- **O Vogal do Executivo José Eduardo Matos** disse que tentaria da forma mais sucinta possível responder às perguntas que foram colocadas. -----

----- Agradeceu à Membro Fernanda Lacerda a exposição que fez e a análise que lhes enviou recentemente também por e-mail. -----

----- O Orçamento era de alguma continuidade. Também era difícil prever o que seria o futuro. -----

----- Quanto à relação com o cidadão, atendimento, haveria a integração de uma funcionária em situação de precariedade ainda ao abrigo da Lei 112/2017. A abertura desse procedimento concursal foi deliberada nesse mês. -----

----- Sobre os pressupostos em que acentava também o Plano Plurianual, na despesa corrente e na inflação, foram esses os pressupostos tidos em consideração. A Membro Fernanda Lacerda mencionava uma melhoria em relação a 2020 e muito lhe agradecia essa consideração. -----

----- Quanto a algumas áreas em que a verba alocada seria baixa, segundo a opinião da Membro Fernanda Lacerda, também era um facto que estavam à espera do saldo de gerência para poder fazer um reforço em algumas dessas áreas. -----

----- Agradeceu as sugestões e os comentários do Membro António Valente, também os elogios. -----

----- Em relação à ferramenta mencionada, era a ferramenta que tinham na Junta e não só podia ser por ajuste direto como até poderia ser com base em critérios materiais. -----

----- Sobre as pressões que a Junta podia fazer junto da Câmara, era verdade e estavam a fazer isso. Também agradecia o apoio da Assembleia em tudo o que pudessem fazer, moções que pudessem ser depois enviadas à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal de Lisboa. Podia dar um exemplo do que sucedeu já nesse mandato com o Hospital Miguel Bombarda destinado a arrendamento acessível. Portanto, tudo aquilo que a Assembleia de Freguesia pudesse ajudar o Executivo e a Senhora Presidente, com moções ou recomendações, a lutar pelo interesse dos cidadãos da Freguesia. Era essa a maior motivação e objetivo. -----

[Handwritten marks]

----- Segundo lhe estava a dizer a Senhora Presidente, o projeto do Miguel Bombarda seria apresentado à população em fevereiro. -----

----- Relativamente às nove pessoas em mobilidade, seriam efetivas em 2021 se consolidassem. Se não consolidassem seriam menos, mas esperava que fossem nove. ---

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que tinham ficado algumas perguntas por responder mas, segundo percebera, o pressuposto tinha sido a inflação de 1%. -----

----- **O Vogal do Executivo José Eduardo Matos** referiu que era difícil nesse momento fazer uma previsão de inflação mas 1% até era bastante acima daquilo que tinha sido o histórico último porque a inflação tinha estado abaixo disso. Por uma questão de prudência a contabilidade apostou na percentagem de 1%. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que tudo bem, eram previsões, mas havia certas rubricas que não entendia. Por exemplo, a razão de se manterem as verbas para os serviços técnicos e especializados, não acreditava que não houvesse inflação ou algum aumento. No apoio jurídico também era o mesmo valor para os cinco anos, assim como nos seguros de acidentes de trabalho, que deviam ser alterados em conformidade com o aumento dos salários e não pensariam que durante cinco anos não havia aumentos de salários. Geralmente o valor do seguro de acidentes de trabalho recaía sobre o salário dos trabalhadores e também não se esperava que diminuísse o número de trabalhadores, aliás pelo contrário, havia um aumento de trabalhadores. -----

----- Quanto à formação, na classe 02 havia uma rubrica de formação com um valor de 15.000 euros para o ano 2021 e depois 1.000 euros para cada um dos anos. A formação do pessoal era essencial para o desenvolvimento dos trabalhadores e isso ia gerar maior produtividade, que era aquilo que realmente se pretendia. -----

----- Também havia uma rubrica que não percebia e que era um valor igual, a rubrica de encargos de cobrança de receita. Isso era na página 12 do mapa, Orçamento para o ano 2021, um valor igual para os cinco anos, 44.000 euros, um valor significativo e não sabia o que eram encargos de cobrança de receitas. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que tinha formulado várias questões que não foram respondidas mas queria só um esclarecimento pontual sobre as questões da mobilidade. Via num lado cinco e via noutro lado nove, parecia-lhe que cinco eram em mobilidade da Freguesia para o exterior e nove seriam do exterior para a Freguesia. Queria que lhe confirmassem isso e saber quanto tempo essas mobilidades ficaram, se fosse possível saber. -----

----- **O Vogal do Executivo José Eduardo Matos** disse que alguma da formação estava a ser dada pela CML e daí os custos para a Junta serem relativamente residuais. Tinha conhecimento que por exemplo a formação de Inglês estava a ser dada pela Câmara e vários funcionários estavam a ter essas aulas. -----

----- Em relação aos encargos de cobrança de receita, eram custos na cobrança do IMI, custos administrativos. -----

----- Quanto às mobilidades, julgava que uma fosse mobilidade externa, de outro local da administração pública para a Junta, outra mobilidade era inter-carreiras, dentro da Junta. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** perguntou se não havia mobilidade da Freguesia para o exterior. -----

----- **O Vogal do Executivo José Eduardo Matos** explicou que eram seis da Freguesia para o exterior e três em comissão de serviço dentro da Freguesia. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** perguntou se os outros eram em mobilidade inter-carreiras, os que estavam em 2020. No quadro da página 6, mobilidade de recursos humanos – mobilidade nove. -----



----- **O Vogal do Executivo José Eduardo Matos** disse que julgava ser a mobilidade inter-categorias dos funcionários que iam passar a encarregados. Não tinha a certeza mas julgava que fosse isso. De qualquer forma, se não fosse, fariam chegar um e-mail com essa clarificação. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação as **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, IND. Vitor Teles Fernandes e IND. Frederico Sapage Pereira) e 7 abstenções (PSD, BE, PCP e PAN) -----

----- Submeteu à votação o **Plano Plurianual de Investimentos para 2021**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, BE, IND. Vitor Teles Fernandes e IND. Frederico Sapage Pereira) e 6 abstenções (PSD, PCP e PAN) -----

----- Continuando, disse que já estavam muito atrasados e ainda iam discutir o ponto 6, pelo que propunha que os restantes pontos passassem para uma Assembleia a marcar em princípios de janeiro, caso toda a gente concordasse. Nessa Assembleia podiam também ser discutidos aqueles pontos que o Membro José Cal Gonçalves falou no início em relação ao relatório do Tribunal de Contas e aos restantes inquéritos da Freguesia. Passariam esses pontos para uma Assembleia a marcar posteriormente. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que os quatro pontos a seguir não exigiriam grande discussão, tirando o Membro José Cal Gonçalves poder ter algo juridicamente, mas parecia não ter grande discussão. Por mais um pouco poderiam ficar todos os pontos já tratados. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** verificou que a maioria dos restantes Membros da Assembleia não se opunham ao adiamento dos pontos para uma próxima reunião. -----

----- **Ponto 6 – Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Arroios para 2021;** -----

----- **O Vogal do Executivo José Eduardo Matos** disse que estava tudo na informação que lera do Senhor Tesoureiro e não tinha mais nada a adiantar sobre esse ponto, assim como para os pontos seguintes. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** perguntou a razão porque no mapa apresentado para o ano 2021 não estava a referência aos prestadores de serviços. Eram apresentados 36 em 2020 e em 2021 desapareciam. Eram só abertas 23 vagas e mesmo assim sabiam haver prestadores de serviços que seriam sempre prestadores de serviços, qual a razão de desaparecerem do mapa. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** perguntou se estavam a pensar mais quatro pessoas para a secção de comunicação e imagem nesse ano. -----

----- Em relação à situação do tipo de vínculo era só dito CTRP com a legenda de “contrato de trabalho em funções públicas”. O que perguntava era se por tempo determinado, indeterminado, resolutivo, qual o modelo de vínculo. -----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho**, disse que a secção de comunicação e imagem não ia incorporar mais quatro elementos. As vagas que estavam em aberto eram para mobilidade interna. A secção não ia contratar mais quatro pessoas. -----

----- **O Vogal do Executivo José Eduardo Matos** esclareceu que o Mapa de Pessoal versava sobre os trabalhadores pertencentes ao quadro da Junta de Freguesia, os que tinham um regime de contrato de trabalho em funções públicas. Era pelo menos essa a informação que tinha. -----

[Handwritten initials and marks]

----- O vínculo era um contrato por tempo indeterminado, que era regra geral o mais comum na administração pública. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** perguntou se estavam todos em contrato a tempo indetrminado. -----

----- **O Vogal do Executivo José Eduardo Matos** disse que sim. Esse tinha sido o grande objetivo que o Executivo tentou cumprir e que julgava ter cumprido de forma satisfatória, ter esses trabalhadores com contrato com direitos e sem precariedade, que na ótica do Executivo era esse por tempo indeterminado. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que verificava no Mapa de Pessoal não estar indicado vagas para monitores, para as pessoas que estavam nas AECs, etc. Esses podiam ser vinculados com regimes de trabalho resolutivo. Perguntou porque não foi entendido assim e se mantinham em situação de precariedade esses trabalhadores. -----

----- Outra questão era essa mobilidade interna, que não percebera se era inter-carreiras ou não em relação à secção de comunicação e imagem, seria de onde para onde. -----

----- **O Vogal do Executivo José Eduardo Matos** disse que não tinha sido combinado mas agradecia ao Membro José Cal Gonçalves ter feito esse comentário porque tinha justamente o mesmo entendimento. Gostaria de trabalhar para que isso pudesse ser materializado no futuro e estavam a planear todas essas situações, nomeadamente com a reabertura da piscina que até à data tinha contado com prestadores de serviços a recibo verde e não com pessoal do quadro. -----

----- Era uma matéria que gostava de melhorar e agradecia a intervenção, que teria em boa conta. -----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho,** disse que as vagas previstas na secção de comunicação e imagem, umas eram para mobilidade interna, nomeadamente um funcionário que se encontrava no GAO e que iria através da mobilidade interna para a comunicação, depois subindo de posição. -----

----- Quanto às outras vagas, a secção de comunicação tinha trabalhadores em regime de prestação de serviços e as vagas eram criadas para que essas pessoas pudessem vir a integrar também o Mapa de Pessoal. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que entendia como mobilidade quem era do quadro e ocupava outras posições, ou outra carreira. O que lhe parecia era que nessa situação tratava-se de trabalhadores que estavam a recibo verde e achava muito bem que passassem a integrar o quadro de pessoal. -----

----- Entretanto sobre a sua pergunta dos prestadores de serviços, ou não ouvira a resposta ou não tinha mesmo havido resposta. -----

----- **O Vogal do Executivo José Eduardo Matos** disse que talvez houvesse alguma confusão a comparar com mapas passados, mas esse mapa de pessoal no fundo versava sobre os trabalhadores que tinham um regime de contrato de trabalho em funções públicas e não pessoas com uma avença ou os chamados recibos verdes que faziam prestação de serviços. Esses não estavam no quadro e justamente o que queriam era que quem não estava passasse a estar no quadro. -----

----- Uma luta que travavam e era apanágio do Executivo, passar para os quadros alguns trabalhadores que no passado não estavam. -----

----- Na questão da comunicação era verdade que tinham pessoas em situação de alguma precariedade. Se a necessidade fosse permanente havia esses lugares para serem ocupados e era uma questão das pessoas quererem ou não candidatar-se. Se iam ou não ficar, esse era um tema onde não se iriam imiscuir, mas era uma possibilidade e o que



queriam era que houvesse vínculos permanentes para as atividades permanentes e não os falsos recibos verdes.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que havia a intenção de fazerem concursos para mais 23 trabalhadores, mas o que fazia referência era que para além dos trabalhadores do quadro de pessoal havia prestadores de serviços. Na página 6 falava-se em 36 no ano 2020 e em 2021 os prestadores desapareceram. A pergunta era se em 2021 deixavam de existir, se não haveria prestadores de serviços.-----

----- Sempre foram informados do número de prestadores de serviços e daí a sua questão.-----

----- **O Vogal do Executivo José Eduardo Matos** disse que o número de trabalhadores em situação de recibo verde era de 35 e não se achava que o local indicado fosse o Mapa de Pessoal porque aí deviam versar os trabalhadores que estavam de facto no quadro, ainda que informação complementar pudesse ser fornecida por área ou por divisão.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que já estava informada, eram 35. Sabia que não era para estarem no mapa.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que na segunda fase da sua Informação já estava a resposta que sabiam estar em falta para com a eleita do PCP, questão que foi colocada também pela comissão de representante da Assembleia de Freguesia. Remetera-se nesse dia o número total de prestadores de serviço, que como poderiam ver em janeiro de 2020 eram 64 e em outubro de 2020 eram apenas 35.-----

----- **Membro António Valente (PAN)** disse que tinha ficado com uma dúvida relativamente às colocações na comunicação, acabara por não perceber quantas pessoas estavam. Havia várias pessoas a trabalhar que eram prestadores mas iam passar para o quadro?-----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho,** explicou que a secção de comunicação e imagem tinha três trabalhadores, em que um deles estava afeto ao gabinete de apoio aos órgãos e dois outros estavam a recibos verdes. A ideia era que o trabalhador afeto ao GAO através de mobilidade passasse para a secção de comunicação e imagem e para os dois colaboradores a recibos verdes seria aberto um concurso para eventualmente virem a integrar o Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia.-----

----- **Membro Jorge Rodrigues (PS)** disse que gostava de saber, dado o adiantado da hora, se o Executivo teria no futuro alguma explicação longa para que tivessem uma ideia do prolongamento dos trabalhos.-----

----- Ainda tinham dois pontos...-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que tinham adiado três pontos para uma próxima Assembleia.-----

----- **Membro Jorge Rodrigues (PS)** disse que se faltasse pouco tempo talvez pudessem acabar já.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** explicou que teriam que marcar uma reunião para discutir outras questões que estavam pendentes e juntavam-se esses pontos, que não eram urgentes, numa próxima Assembleia a ser marcada em princípios de janeiro.-----

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Arroios para 2021**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 13 votos a favor (PS, PCP, IND. Vitor Teles Fernandes e IND. Frederico Sapage Pereira) e 5 abstenções (PSD, BE e PAN)-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“A motivação da votação em abstenção é porque entendemos que o quadro de pessoal deveria integrar a possibilidade dos trabalhadores a recibos verdes que estão*

em áreas como sejam as AAAs, os CAFs, etc., deviam estar integrados no quadro de pessoal com contratos de trabalho a termo resolutivo.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** leu e submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que enquanto Presidente da Junta e do Executivo lamentava que não tivessem sido discutidos os três últimos pontos da ordem de trabalhos. O Executivo estava disposto a discuti-los e como não foi colocado à votação o aditamento dos três últimos pontos deduziam que foi uma decisão da Presidente da Mesa.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que, caso a Senhora Presidente da Junta tivesse estado distraída, isso foi colocado à consideração da Assembleia...-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que não foi colocado à votação.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** explicou que ninguém se manifestou contra.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** sugeriu que a Senhora Presidente da Assembleia colocasse à votação.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** submeteu à votação o **adiamento dos três últimos pontos da ordem de trabalhos**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**.-----

----- Esgotada que estava a ordem de trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, eram zero horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e dois de dezembro de 2021.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes.-----

1º.SECRETÁRIO Reis Dias Louro 2º.SECRETÁRIO Fel Breda
----- PRESIDENTE -----

assembleia